indústria

Revista de Empresários e Negócios

Trimestral • Edição Janeiro / Fevereiro / Março 2018 • N.º 115 • 3,5€

Transformação Digital

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

Novo Conselho Estratégico da CIP para a Economia Digital

CIP critica Diretiva Europeia

Atividade da CIP em 2017

CARTÃO PRÉ-PAGO

Para empresas quilómetros à frente.

No mundo das empresas só há uma direção; para a frente. É para aí que todas querem ir e é aí que o Galp Ready já está. Com o novo pré-pago da Galp vai ser mais fácil reduzir os custos da sua empresa porque por um lado tem controlo sobre os gastos da frota e por outro pode oferecê-lo como regalia de carreira aos seus colaboradores. Galp Ready. Quilómetros à frente.

galp

energia cria energia

Identificar as oportunidades e antecipar as dificuldades

A RÁPIDA EVOLUÇÃO das tecnologias digitais está a transformar profundamente a economia e a sociedade, abrindo perspetivas de um mundo mais interconectado e inteligente: um mundo onde estão a emergir novas formas de relacionamento entre as empresas, no interior das empresas, entre produtores e consumidores, entre o homem e a máquina.

Como qualquer revolução tecnológica, a transformação digital traz promessas de maior produtividade e de mais prosperidade. Mas, como sempre que surgem alterações mais bruscas e profundas, surgem também medos e ameaças associados a perturbações nos modelos de negócio e nos mercados.

Por isso, é necessário identificar as oportunidades e antecipar as dificuldades.

Não podemos deixar que os assuntos quotidianos que ocupam boa parte do nosso tempo e da nossa atenção nos distraiam desta vaga de fundo que a generalidade das empresas, de todos os setores de atividade, está a viver ou irá viver no curto prazo.

Consciente desta realidade, a CIP criou recentemente o seu Conselho Estratégico para a Economia Digital.

Como afirma, nestas páginas, o seu Presidente, Pedro Duarte, este novo Conselho assume dois grandes objetivos: por um lado, contribuir para preparar as empresas portuguesas (lideranças e trabalhadores) para as atuais disrupções tecnológicas e, por outro, trabalhar com todo o ecossistema (público e privado) para gerar um ambiente no País propício a esta gigantesca oportunidade que a economia digital nos proporciona.

Também no nosso Congresso, no próximo dia 11 de abril, iremos refletir, entre outros temas, sobre a transformação digital, as suas previsíveis consequências e as suas múltiplas exigências.

Um dos painéis terá como título, precisamente, "as empresas na liderança da transformação digital". E, porque não podemos esquecer a dimensão humana e social deste processo, iremos também debater "as empresas, as pessoas e o trabalho do futuro".

É já com a perspetiva do nosso Congresso que lançamos este número da nossa revista com o tema central da "Transformação Digital".

António Saraiva
PRESIDENTE DA CIP

3 **Editorial**

6 **Economia Digital**

14 **Economia Digital / Entrevista**
- "As características intrínsecas ao povo português são as indicadas para este momento histórico", Pedro Duarte, Presidente do Conselho Estratégico para a Economia Digital

18 **Atualidade**
- A economia digital nas políticas da União Europeia
- China aposta em infraestruturas para alargar influência na Europa
- EUA impõem restrições ao aço e ao alumínio lesivas para a União Europeia
- CIP critica Proposta de Diretiva Europeia relativa às condições de trabalho

26 **CIP**
- A CIP em 2017

30 **Associados**
- Renováveis garantem 40% do consumo em 2017
- ISQ ganha contrato de três milhões no nuclear
- AEP distinguida pelo Instituto Politécnico do Porto

32 **Opinião – Formação**
- O digital: das ameaças às oportunidade, por Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

34 **Conjuntura Económica**
- FMI diz que é o momento ideal para reformas

38 **Opinião – Patentes**
- Indicador "Gastão da Cunha Ferreira" - Edição de 2017, por Eduardo Cruz

indústria

Diretor
António Saraiva

Diretor Adjunto
Daniel Soares de Oliveira

Conselho Editorial
Gregório Rocha Novo
Carla Sequeira
Pedro Capucho
Inês Vaz Pinto
Jaime Braga
Manuela Gameiro
Nuno Biscaya
Patrícia Gonçalves

Secretariado
Filomena Mendes

Administração e Propriedade
CIP – Confederação Empresarial de Portugal
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel.: 213 164 700
Fax: 213 579 986
E-mail: revista@cip.org.pt
NIF: 500 835 934

N.º de registo na ERCS - 108372
Depósito Legal 0870 - 9602

Produção e Edição

bleed

Bleed - Sociedade Editorial
e Organização de Eventos
Av. da República 41, 3.º Andar – 305
1050-187 Lisboa
Tel.: 217 957 045 / 6
www.bleed.pt
info@bleed.pt

Diretor Editorial
Miguel Boavida
miguel.boavida@bleed.pt

Diretor Comercial
Mário Raposo
mario.raposo@bleed.pt

Gestor de Meios
Diogo Camacho

Editor Fotográfico
Sérgio Saavedra

Design e Paginação
José Santos

Impressão
Grafisol
Núcleo Empresarial da Abrunheira
Zona Poente - Pav.11 - Abrunheira
2710-089 Sintra

Periodicidade
Trimestral

Tiragem
10.000 exemplares

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

www.cip.org.pt

EMPOWERING THE FUTURE
efacec
Criando valor com soluções de energia, ambiente e transportes através da integração de diferentes competências e tecnologias mais inovadoras
www.efacec.com
A Efacec é a maior empresa industrial portuguesa do setor elétrico e eletromecânico, desenvolvendo produtos e sistemas tecnologicamente inovadores e sustentáveis que fazem parte do dia-a-dia de milhões de pessoas, pelo mundo inteiro.
No presente com a energia do futuro
Focamo-nos no sucesso dos nossos clientes

A economia do futuro é hoje

A transformação digital estás prestes a ditar uma nova ordem mundial, económica e societária. Um admirável mundo novo, interconectado e inteligente, cheio de ameaças mas com inúmeras oportunidades. Uma corrida onde Portugal e as empresas portuguesas não vão querer ficar de fora.

Chamam-lhe Economia Digital, a Economia do Futuro, 4ª Revolução Industrial ou Indústria 4.0. Diferentes nomes para uma mesma realidade: uma nova dimensão de interconectividade, de pessoas e máquinas, uma rede etérea e global, capaz de produzir uma quantidade massiva de dados, tornando visíveis padrões até agora impossíveis de processar pela mente humana. Mais: munida na sua capilaridade de máquinas e objetos capazes de aprender, comunicar entre si e tomar decisões per si.

Em suma, falamos de uma nova era de desenvolvimento tecnológico, caracterizado pela transformação digital, comumente designada de 4ª Revolução Industrial. É certo que ainda não existe um consenso quanto à forma e dimensão do impacto, não só económico mas também societário, mas o facto de ser referida como uma "revolução", é indicativo do seu potencial e abrangência.

É neste contexto que a CIP- Confederação Empresarial de Portugal, criou recentemente o seu mais recente Conselho Estratégico, dedicado à Economia Digital. Um grupo de trabalho que reúne à mesma mesa os principais representantes do setor nacional (ver tabela) que, em nome individual, contribuirão para a construção do pensamento estratégico da economia digital em Portugal, consolidado no conhecimento e na larga experiência de que dispõem no setor. Para Pedro Duarte, presidente do novo Conselho Estratégico da CIP, "a transformação digital é, hoje em dia, um pilar fundamental para o sucesso das nossas empresas e, desse modo, para se gerar mais crescimento e mais emprego. Este Conselho Estratégico procurará dar o seu contributo para que o País se afirme neste novo mundo em que as tecnologias deverão ser uma ferramenta de sucesso económico e de justiça social".

A Economia Digital está longe de se cingir a um novo paradigma económico. Antes permeia todos os aspetos da sociedade, da forma como as pessoas comunicam, às competências necessárias para arranjar um bom emprego, passando pelos avanços científicos e aos processos de tomada de decisões políticas. E não nos enganemos, a economia do futuro é hoje: No Quénia, os dados móveis são usados para identificar padrões e focos de infeção de malária, ajudando a orientar os esforços de erradicação da doença; os dados dos sensores de camiões de mercadorias, combinados com a análise de dados de mapeamento, permite hoje às transportadoras pouparem milhões de litros de combustível e reduzirem emissões; agricultores, do Iowa à Índia utilizam dados a partir de sementes, satélites e sensores na tomada de decisão sobre o que plantar e como se adaptarem às alterações climáticas.

É NESTE CONTEXTO QUE A CIP- CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, CRIOU RECENTEMENTE O SEU MAIS RECENTE CONSELHO ESTRATÉGICO, DEDICADO À ECONOMIA DIGITAL

ESTA É A 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SEU IMPACTO ECONÓMICO SERÁ MASSIVO

ESTE AUMENTO DA AUTOMAÇÃO DAS TAREFAS DE ROTINA ALTERA A PRÓPRIA NATUREZA DO TRABALHO HUMANO E, POR CONSEGUINTE, O EQUILÍBRIO DO MERCADO DE TRABALHO

NUM FUTURO NÃO MUITO DISTANTE NÃO SERÁ NECESSÁRIO COMPRAR NOVAS MÁQUINAS INDUSTRIAIS OU UM NOVO VEÍCULO AUTOMÓVEL... A MAIS RECENTE VERSÃO ESTARÁ À DISTÂNCIA DE UM UPGRADE

Esta é a 4ª Revolução Industrial e seu impacto económico será massivo. Empresas como a Uber ou o Airbnb são exemplos do potencial da economia partilhada; as moedas virtuais são um dos produtos acabados da tecnologia Blockchain; o despontar da impressão em 3D e 4D permite já um vislumbre das profundas alterações que se avizinham na manufatura. Mas neste admirável mundo novo, é na chama-da "internet das coisas" que residirá talvez a maior revolução.

A revolução das máquinas

Segundo estimativas do McKinsey Global Institute, em 2025, 26 a 30 mil milhões de aparelhos, tanto em casa como nos locais de trabalho, estarão equipados com sensores, processadores e software embutido, e conectados à "internet das coisas". Objetos que terão a capacidade de operar autonomamente a partir dos dados recolhidos e comunicados entre si e que, quando combinados com outras tecnologias, como a cloud e a inteligência artificial, permitirão a automação de grande parte do processo produtivo, nomeadamente de tarefas repetitivas até agora realizadas por humanos. Note-se aliás que, enquanto as anteriores revoluções industriais conduziram a um aumento da mecanização de tarefas físicas, a 4ª revolução industrial vai além: promete a automação total destas tarefas repetitivas, dando origem às chamadas fábricas inteligentes, e libertando recursos humanos para tarefas criativas e de maior valor acrescentado.

Ora este aumento da automação das tarefas de rotina altera a própria natureza do trabalho humano e, por conseguinte, o equilíbrio do mercado de trabalho. Uma nova realidade que obrigará as empresas a repensarem os seus modelos de negócio de forma a manterem-se competitivas, enquanto os legisladores terão um papel fundamental a desempenhar na formação de novas gerações de recursos humanos – e na requalificação dos existentes – além da criação de regulação enquadrada com as novas infraestruturas digitais, capaz de salvaguardar os princípios da concorrência, cibersegurança e os direitos dos consumidores na era digital. Exigências para

uma economia do amanhã que começa já hoje a manifestar-se na forma como alguns setores de atividade estão organizados, seja no setor automóvel e dos transportes, através dos veículos autónomos, na energia através das redes inteligentes (smart grids), ou na saúde, em campos tão distintos como as cirurgias assistidas por computador, a monitorização do estado de saúde de pacientes em tempo real, ou nos primeiros passos na impressão 3D de órgãos humanos.

Mas esta "internet das coisas" não se esgota em fábricas inteligentes, máquinas e robôs. Neste mundo de objetos conectados entram também vestuário inteligente, edifícios, veículos ou implantes, todos equipados com sensores e com o seu próprio endereço de internet cujo output, uma vez agregado em "big data", será uma fonte valiosa de informação precisa. A variedade e ubiquidade destes objetos permitirão a recolha de dados, virtualmente, de qualquer tipo ou origem, desde as condições de tráfego ao estado de um paciente, numa escala sem precedentes. É no progresso dos sistemas de 'data analytics' (análise prescritiva) que reside a chave da extração de valor desta informação. Uma ferramenta que permite analisar uma vasta quantidade de dados, e detetar e interpretar padrões até então impossíveis de calcular, identificar ou sequer imaginar. Ao tornar a interpretação destes padrões significativos para máquinas e humanos, permite a predição das máquinas, a realização de diagnósticos, a construção de modelos de análise de risco, perceber a preferência dos consumidores, em suma, permite construir suportes avançados à tomada de decisão.

Se até agora o progresso tecnológico assentou, em grande parte, na criação de novo hardware, este novo ciclo será guiado principalmente pela criação de valor através de dados e do desenvolvimento de software. As tecnologias das 4ª Revolução Industrial transferem as funcionalidades da inovação em componentes mecânicas ou elétricas para o mundo digital. Num futuro não muito distante não será necessário comprar novas máquinas industriais ou um novo veículo automóvel… a mais recente versão estará à distância de um upgrade, tal como hoje acontece com o seu computador ou telemóvel.

Conselho Estratégico para a Economia Digital

António Saraiva	Presidente CIP
Pedro Duarte	Presidente CEED CIP
Adelino Costa Matos	Presidente ANJE
Alexandre Fonseca	CEO PT/MEO
António Casanova	CEO Unilever Iberia
António Martins da Costa	Administrador EDP
António Pego	Presidente CESAE / AEP
António Raposo Lima	Country Manager IBM
Arlindo Oliveira	Professor e Presidente IST
Armindo Monteiro	Presidente ANETIE
Bento Correia	Chairman Vision Box
Bernardo Correia	Country Manager Google
Borges Gouveia	Professor Universidade Aveiro
Carlos Alberto Silva	SONAE – Administrador SONAE IM
Carlos Brazão	Consultor de Inovação
Carlos Lacerda	Presidente ANA
Carlos Oliveira	Presidente Invest Braga
Celso Guedes de Carvalho	Presidente Portugal Ventures
Cipriano Sousa	COO Farfetch
Cristina Fonseca	Co-Founder TalkDesk
Fernando Reino da Costa	CEO Unipartner
Filipe Pais	AMAZON Western Europe
Francisco Almada Lobo	CEO Critical Manufacturing
Gabriel Coimbra	Country Manager IDC
Graça Canto Moniz	Professora Nova Lisboa
Hugo Abreu	Country Manager Oracle
João de Andrade Tavares	Director RENOVA
João Vasconcelos	Ex-Sec Estado Industria
Joaquim Cabaço	Administrador Trivalor
Jorge Brás	Co-Founder Pathena
José Correia	Country Manager HP
José Rui Felizardo	CEO CEiiA
Luis Antunes	Professor Universidade Porto
Luis Sousa	Presidente ASSOFT
Luis Urmal Carrasqueira	Country Manager SAP
Luis Viegas Cardoso	Assessor Presidente Comissão Europeia
Miguel Almeida	CEO NOS
Miguel Frasquilho	Chairman TAP
Miguel Pina Martins	CEO Science4you
Nuno Santos	Country Manager GFI
Paula Panarra	Country Manager Microsoft
Paulo Rosado	CEO Outsystems
Pedro Afonso	CEO Axians
Pedro Gonçalves	Ex-Sec Estado Inovação
Pedro Queiroz	Diretor-Geral FIPA
Pedro Rocha Vieira	CEO Beta-i
Pedro Vargas David	Co-Founder ALPAC Capital
Rita Lírio	British Medical Journal
Rogério Carapuça	Presidente APDC
Sofia Tenreiro	Country Manager CISCO
Tiago Craveiro	Diretor executivo FPF

Exemplos de aplicações das novas tecnologias

Humano

Dispositivos (utilizáveis e ingeríveis) para monitorizar e manter a saúde e o bem-estar humanos, gestão de doenças, aumento da aptidão física, monitorização remota do estado de saúde dos pacientes, sistemas de telessaúde.

Agricultura

Agricultura prescritiva, análise de dados agrupados regionalmente, manutenção preditiva, monitorização em tempo real, tratamento preditivo de gado.

Casa

Controladores domésticos e sistemas de segurança, energia inteligente (termostatos e AVAC), iluminação inteligente, automação residencial.

Retalho

Check-out automático, otimização de inventário, rastreabilidade de alimentos, operações de omnicanal, sinalização digital, ofertas digitais de consumo na loja, pagamentos/compras através de comunicação por campo de proximidade.

Escritórios

Gestão de energia e segurança em edifícios de escritórios, melhoria da produtividade, inclusive para funcionários com flexibilidade laboral, produção e gestão de ativos, identificação de pessoal.

Fábricas e locais de trabalho

Eficiência operacional, otimização do uso e inventário de equipamentos, manutenção preditiva, saúde e segurança.

Cidades

Controlo inteligente de tráfego, redes inteligentes, medidores inteligentes, monitorização ambiental, gestão de recursos e resíduos, soluções de estacionamento, controlo de infraestruturas públicas, segurança pública e resposta de emergência.

Transporte

Navegação conectada, definição de rotas em tempo real, localização de mercadorias, veículos autónomos e controlo aéreo, transporte partilhado, gestão de ativos e frotas, monitorização de cargas, transportes públicos automatizados, vigilância marítima e costeira.

Veículos

Manutenção com base nas condições do veículo, e-Call, veículos conectados.

Finanças

Segurança de ativos remotos, seguros telemáticos, caixas multibanco inteligentes, sinalização bancária digital, avaliação de riscos no mercado segurador.

Fonte: McKinsey Global Institute; Comissão Europeia; Instituto Europeu de Patentes

O mundo em 2025

Em 2015, o Forum Económico Mundial realizou um inquérito junto de mais de 800 executivos e especialistas em tecnologias de informação e comunicação, sobre qual a sua perceção a respeito de 21 "pontos de viragem", ou seja, aqueles momentos em que as novas tecnologias serão definitivamente adotadas pela sociedade mainstream. Segundo as estimativas dos especialistas, 11 destes 21 momentos de transição têm uma elevada probabilidade (mais de 80%) de ocorrerem até 2025.

Fonte: Forum Económico Mundial

10% da população usará vestuário com ligação à internet
91,2%

90% da população terá acesso a armazenamento ilimitado e gratuito
91,0%

Um bilião de sensores conectados à internet
89,2%

Primeiro robô farmacêutico nos EUA
86,5%

10% dos óculos com ligação à internet
85,5%

80% da população com presença digital na internet
84,4%

Primeiro automóvel impresso em 3D entra em produção
84,1%

Primeiro Governo a substituir sensos por fontes de 'big data'
82,9%

Primeiro telemóvel de implante disponível comercialmente
81,7%

5% dos bens de consumo impressos em 3D
81,1%

90% da população usa smartphones
80,7%

90% da população com acesso regular à internet
78,8%

Veículos autónomos equivalentes a 10% do número de carros norte-americanos
78,2%

O primeiro transplante de um fígado impresso em 3D
76,4%

30% das auditorias às empresas realizadas através de Inteligência Artificial
75,4%

Primeiro Governo a coletar impostos via tecnologia blockchain
73,1%

Mais de 50% do tráfego doméstico de internet consumido por eletrodomésticos
69,9%

Mais viagens via car sharing do que viagens particulares, em termos globais
67,2%

A primeira cidade com mais de 50.000 pessoas e sem semáforos
63,7%

10% do PIB mundial armazenado em tecnologia blockchain
57,9%

O primeiro robô com Inteligência Artificial num Conselho de Administração
45,2%

Três perguntas a...

Bernardo Correia
Country Manager Google Portugal

A evolução para uma economia digital é um processo inevitável. As empresas portuguesas estão cientes dos desafios que se avizinham?
Começam a estar, mas há muito para fazer. Todos os setores têm de entender a importância de se pensar primeiro no consumidor de uma forma digital, como por exemplo a omnicanalidade no Retalho, a internacionalização em modelos de capex ligeiros através de e-commerce, a construção de plataformas transacionais mobile friendly, etc.

De que forma as empresas portuguesas deveriam estar a preparar-se para este novo paradigma?
O essencial é começar pelo mindset correto: aprender, aprender, aprender. Tirando as startups, poucos nasceram digital first, e temos de nos equipar com o mesmo espírito de empreendedorismo, inovação e urgência dessas mesmas startups.

Que conselhos deixaria às empresas portuguesas?
Comecem pelo mais fácil: construam plataformas de venda online que utilizem as melhores práticas internacionais e que sejam mobile first (ex: Progressive Web Apps e Accelerated Mobile Pages). Depois, mais à frente, adotem um mindset the "always in beta", com melhorias urgentes e constantes. Para algumas, olhem em paralelo para a expansão internacional através de online não como um bicho de sete cabeças, mas como a oportunidade de uma vida. Por fim, na sua estrutura organizacional precisam de estar atentos aos sistemas de incentivos internos: como é que garanto que crio estruturas que estão alinhadas com os objetivos de transformação digital. Não vale ter uma equipa online a competir com outra offline, todos os touchpoints têm de estar alinhados.

Nuno Santos
CEO GFI Portugal

A evolução para uma economia digital é um processo inevitável. As empresas portuguesas estão cientes dos desafios que se avizinham?
As empresas portuguesas estão cada vez mais cientes, sim. As grandes organizações estão, naturalmente, mais atentas e preparadas, mas a onda de transformação é muito forte e está a chegar a todo o lado. O aumento das competências médias do país, a todos os níveis, por força da elevação média dos níveis de educação e formação, está também a dar o seu relevante contributo, sendo certo que se justifica alguma aceleração a este respeito para que a dinâmica possa influenciar positivamente os níveis de competitividade da economia, dado que, neste ambiente fortemente concorrencial em que cada vez mais, e ainda bem, vivemos, a transformação é verdadeiramente global.

De que forma as empresas portuguesas deveriam estar a preparar-se para este novo paradigma?
É fundamental aumentarem-se as competências para o digital e, em particular, a intensificação do uso de tecnologias, a todos os níveis, nas organizações. Uma das formas mais rápidas e menos arriscadas de o fazer é através da "injeção" de capital humano qualificado para o efeito. Normalmente, as gerações mais novas são, a este respeito, mais robustas, porque já foram formadas num mundo muito digital e, por isso, podem ser o indutor muito forte dessa transformação.

Que conselhos deixaria às empresas portuguesas?
Que não temam. Pelo contrário, que abracem este novo paradigma porque 1) ele vai naturalmente impor-se e 2) se feito com entusiasmo e determinação, pode abrir muitas oportunidades globais às empresas portuguesas.

Luís Urmal Carrasqueira
Diretor Geral SAP Portugal

A evolução para uma economia digital é um processo inevitável. As empresas portuguesas estão cientes dos desafios que se avizinham?
Creio que as empresas estão cientes que terão de se transformar. Todavia, não considero que estejam muito cientes sobre a dimensão dos desafios aos quais poderão estar expostas. Quanto mais bem informadas estiverem as empresas e melhor preparada estiver a sociedade em geral, maior será a oportunidade para a nossa economia.

De que forma as empresas portuguesas deveriam estar a preparar-se para este novo paradigma?
Ganhando competências ou procurando o know-how de quem entende esta transformação digital no contexto do seu negócio, estruturando-se de forma consistente e flexível, visando não só o controlo do negócio em tempo real, como também a própria antecipação de tendências.

Que conselhos deixaria às empresas portuguesas?
Que pensem num mercado global. Que observem o que se está a passar nas suas congéneres dos principais mercados internacionais, dando especial atenção ao desenrolar da transformação do seu negócio e ao desenvolvimento do comportamento dos seus clientes ou ao dos clientes dos seus clientes.

Sofia Tenreiro
Diretora Geral Cisco Portugal

A evolução para uma economia digital é um processo inevitável. As empresas portuguesas estão cientes dos desafios que se avizinham?

Já é seguro dizer que em breve todos os setores de atividade terão uma forte presença digital, uma tendência que se vai afirmar cada vez mais ao longo dos anos. É por isso imperativo para qualquer empresa acelerar a sua transformação digital, manter a sua competitividade no mercado e não perder o seu espaço para a concorrência. No entanto, apesar de acreditar que já existe uma forte consciência quanto aos desafios inerentes a esta tendência, creio que ainda há muito caminho a percorrer no processo transformacional das empresas portugueses, principalmente quando falamos das microempresas e das PMEs, que são as principais representadoras do nosso tecido empresarial.

De que forma as empresas portuguesas deveriam estar a preparar-se para este novo paradigma?

Visão e planeamento. A transformação digital nas empresas está centrada em facilitar os processos de trabalho e de comunicação, fornecer ferramentas de comunicação que possibilitam aceder a clientes e mercados que antes não estariam ao alcance de pequenas empresas e oferecer a melhor experiência possível aos clientes. Ao importar para o negócio todas estas mais valias, as empresas têm um conjunto de novas oportunidades a explorar que podem potenciar novas fontes de receita e promover o seu crescimento. As empresas devem procurar planear qual o impacto que a digitização pode ter no seu negócio e assim conseguir tirar proveito destas oportunidades. Para isso é essencial visão, que associada a um planeamento forte permite a implementação de novas estratégias de forma rápida e eficientes. Assim, as empresas conseguirão antecipar e colmatar quaisquer dificuldades com que se deparem, tornando a entrada nesta nova era mais pragmática e eficiente.

Que conselhos deixaria às empresas portuguesas?

As empresas portuguesas devem, na minha opinião, alavancar na sua inovação, criatividade e capacidade de se diferenciarem com poucos recursos para, usando a tecnologia, se tornarem muito mais competitivas a nível global. A tecnologia pode impactar muitas dimensões dentro de cada empresa e deve sempre ser vista em termos holísticos e em conjugação com os processos da empresa e a sua cultura. As empresas devem aproveitar as tecnologias disponíveis no mercado, que podem ser integradas com os seus processos, para automatizar e otimizar determinadas tarefas e atividades essenciais, mas que roubam tempo útil que deve ser dedicado a tarefas mais importantes e diferenciadoras. Por outro lado, as empresas devem, também, tirar partido da mobilidade, através dos vários dispositivos que podem ser conectados, da omnipresença inerente aos mesmos e da informação muito rica que conseguem obter. Outro grande beneficio da tecnologia tem que ver com a utilização das plataformas digitais colaborativas que podem facilitar processos internos; tirar proveito dos novos canais de comunicação e interação como as redes sociais. Estas são apenas algumas possíveis orientações e sugestões que podem ajudar as empresas a adaptarem-se a este novo panorama.

Paula Panarra
Diretora Geral da Microsoft Portugal

A evolução para uma economia digital é um processo inevitável. As empresas portuguesas estão cientes dos desafios que se avizinham?

A 4ª Revolução Industrial é uma realidade e as empresas estão a ganhar consciência do impacto que a Tecnologia já tem em todos os negócios e setores de atividade. É preciso que percebam quão premente é a adoção de soluções de modernização do ambiente de trabalho, que podem e devem reinventar a relação com clientes, que poderão otimizar operações e criar mesmo novos produtos e/ou serviços digitais. Pela primeira vez na História, a nossa localização geográfica e a dimensão do País não amputa o nosso potencial de crescimento, pelo que é urgente que as empresas encarem esta inevitabilidade e invistam na sua adaptação ao novo paradigma digital.

De que forma as empresas portuguesas deveriam estar a preparar-se para este novo paradigma?

As empresas portuguesas têm dado provas constantes de uma enorme resiliência quando enfrentam adversidades e, principalmente, de uma enorme capacidade de adaptação e reestruturação perante novos desafios. Portanto, diria que, do ponto de vista cultural, temos uma vantagem comparativa face a outros Países cujas características assentam mais no planeamento e em cenários previsíveis ou certos. O que nos faltará é um certo arrojo (e por vezes os recursos) para apostar no pioneirismo. Perante um mundo que inevitavelmente caminha para a digitalização, deveríamos querer ser os primeiros a lá chegar. Porque esses ganharão uma posição privilegiada na nova economia. A Microsoft tem estado empenhada e continuará permanentemente focada em trabalhar em parceria com as empresas nacionais neste processo de transformação digital que, estou certa, será uma grande oportunidade para o nosso País.

Que conselhos deixaria às empresas portuguesas?

O principal desafio em Portugal é, globalmente, a capacitação digital dos cidadãos e das empresas. A evolução tem sido positiva, mas a procura e o mercado têm crescido a um ritmo claramente superior ao da formação e oferta de quadros especializados. Este "défice de conhecimento" impacta transversalmente a sociedade, quer ao nível da literacia dos cidadãos, quer da maturidade tecnológica das empresas e do Estado. A capacidade de gerar valor no contexto das sociedades de informação pressupõe um investimento nas pessoas e em novos paradigmas tecnológicos. A Microsoft, através de programas como o Ativar Portugal, tem-se posicionado como um player importante e ativo na valorização do capital humano, bem como no reforço da capacitação tecnológica, disponibilizando recursos, ferramentas e soluções que permitem aumentar o potencial dos indivíduos e das organizações. A tecnologia desempenha um papel fundamental na resposta a este desafio através, por exemplo, de conceitos como o de Inteligência Artificial que, recorrendo ao poder computacional na nuvem e alicerçada em algoritmos baseados em redes neuronais, permite analisar e explorar quantidades massivas de dados, inclusivamente recorrendo a capacidades de análise preditiva nunca antes possíveis. O desafio é, portanto, o de capacitar, reter e cativar talento.

Entrevista a Pedro Duarte,
Presidente do Conselho Estratégico para a Economia Digital

"As características intrínsecas ao povo português são as indicadas para este momento histórico"

Para o Presidente do novo Conselho Estratégico da CIP para a Economia Digital, Portugal tem, do ponto de vista cultural, as competências adequadas, infraestruturas razoáveis, talento humano e empresas ambiciosas. Falta uma estratégia nacional que assuma esta área como um desígnio. Para isso é necessário identificar as oportunidades e antecipar as dificuldades.

Porquê a criação de um Conselho Estratégico para a Economia Digital? Quais os objetivos deste Conselho?
Este Conselho decorre da visão estratégica dos órgãos dirigentes da CIP e, em particular, do seu Presidente. Perante as profundas mudanças na dinâmica económica do País, percebeu-se a relevância de olhar com outra abordagem para esta área. A CIP não pode passar ao lado da transformação digital que a generalidade das empresas está a viver ou irá viver no curto prazo. Há assim dois grandes objetivos: por um lado, contribuir para preparar as empresas portuguesas (lideranças e trabalhadores) para as atuais disrupções tecnológicas e, por outro, trabalhar com todo o ecossistema (público e privado) para gerar um ambiente no País propício a esta gigantesca oportunidade que a economia digital nos proporciona.

As empresas portuguesas estão sensibilizadas para os desafios da Economia Digital?
A minha perceção é que estão crescentemente sensibilizadas, apesar das hesitações. Claro que o tecido empresarial é muito diversificado e qualquer generalização será pouco rigorosa. Temos, naturalmente, de tudo. Mas, no que é possível concluir, diria que ainda há um grande caminho a percorrer. A parte positiva é que as caraterísticas intrínsecas ao povo português – e muito particularmente aos seus empresários – são as indicadas para este momento histórico. Falo da capacidade para enfrentar o desconhecido e a enorme adaptabilidade a novos cenários.

Que desafios são esses?
Como se convencionou assumir, vivemos uma verdadeira revolução. Na verdade, há uma disrupção em que os saltos tecnológicos (que a Humanidade sempre conheceu) são hoje exponenciais e não lineares. Isto exige uma grande capacidade de antecipação de cenários, flexibilidade na gestão e na execução, capacidade de resolução rápida de problemas e uma abordagem holística e estratégica que ultrapasse visões mais imediatistas ou de curto prazo.
Se olharmos para o nosso País percebemos que temos, do ponto de vista cultural, as competências adequadas, infraestruturas razoáveis, talento humano e empresas ambiciosas. Falta-nos uma estratégia nacional que assuma esta área como um desígnio que beneficiará toda a sociedade.

"SE QUEREMOS CRIAR RIQUEZA, ASSEGURAR EMPREGOS DE QUALIDADE E ULTRAPASSAR AS ADVERSIDADES DESTES NOVOS TEMPOS, NÃO PODEMOS FICAR DOGMATICAMENTE PRISIONEIROS DE CONCEÇÕES DATADAS"

"A TECNOLOGIA CLOUD SIGNIFICA UMA ENORME OPORTUNIDADE PARA EMPRESAS DE PEQUENA E MÉDIA ESCALA E PARA MERCADOS TRADICIONALMENTE CONSIDERADOS PERIFÉRICOS, COMO É O NOSSO CASO."

A adaptação para este novo modelo exigirá avultados investimentos financeiros por parte das empresas portuguesas?
Não necessariamente. Um dos motores desta acelerada evolução digital reside precisamente nos imensos ganhos de eficiência que estão hoje ao alcance de todos. Um exemplo concreto é a adoção da tecnologia cloud que permite o acesso, com investimento relativamente reduzido, a brutais ferramentas tecnológicas. Tal significa uma enorme oportunidade para empresas de pequena e média escala e para mercados tradicionalmente considerados periféricos, como é o nosso caso.

Que impacto é possível antecipar para o mercado de trabalho?
Essa é uma área que o Conselho Estratégico pretende aprofundar. Todas as anteriores disrupções tiveram consequências, mudando o perfil do mercado de trabalho. Foram desaparecendo empregos e foram, felizmente, criados muitos novos. Neste caso, ainda não sabemos qual será o saldo líquido, mas temos uma certeza. Será necessária uma enorme capacidade de adaptação a novos contextos. A requalificação desempenhará um papel crítico para as organizações e para os trabalhadores. Até porque, mais do que o binómio criação/destruição de empregos, estará em causa uma alteração do perfil das funções que hoje estão associadas a todas as profissões ou, se quisermos, a todos os empregos.

Que medidas legislativas são necessárias neste domínio?
É um debate que está por fazer. Do nosso lado, tentaremos municiar os órgãos dirigentes da CIP com informação e reflexão sobre esta temática. A CIP pode desempenhar um papel liderante antecipando os problemas do futuro e potenciando as oportunidades. Partimos para essa referida reflexão apenas com duas premissas basilares: em primeiro lugar, se quere-

mos criar riqueza, assegurar empregos de qualidade e ultrapassar as adversidades destes novos tempos, não podemos ficar dogmaticamente prisioneiros de conceções datadas. Em segundo lugar, a flexibilidade e a abertura a novos modelos laborais, que inevitavelmente terão de ser introduzidos, não pode significar menos segurança para os trabalhadores. Uma das caraterísticas desta sociedade digital é que as organizações dependem cada vez mais das suas pessoas, do seu talento humano, da performance de cada trabalhador. As empresas não vingarão se não souberem valorizar o seu maior ativo.

A propósito das mudanças no trabalho causadas pela internet, Jack ma, fundador do Alibaba, afirmou recentemente em Davos que "nos próximos 30 anos o mundo verá muito mais dor que felicidade. (...) Nas próximas três décadas os conflitos sociais provocarão impactos em todos os tipos de setores e modos de vida". Revê-se nesta afirmação?

Não. É uma frase provocatória, mas meramente especulativa. É impossível alguém prever algo como tal (ou o seu oposto) porque o futuro está dependente do que dele quisermos fazer. Mas não escondo que a dimensão das mudanças é de tal grandeza e, principalmente, é feita a tal velocidade que comporta riscos evidentes. Diria que estamos na fronteira entre dois mundos: um que pode conduzir a danos irreversíveis para a Humanidade. E um outro que permitirá trazer mais oportunidades para todos, mais qualidade de vida e mais felicidade para os quatro cantos do globo. Os benefícios que o avanço tecnológico tem permitido na prevenção e combate a doenças ou a redução da exclusão social são apenas exemplos das enormes potencialidades que temos pela frente. Saibamos todos caminhar para o mundo certo.

Empresas como a Google ou a Amazon estarão a preparar novos investimentos no país. Portugal é um país atrativo para este género de empresas? Porquê?

Claramente. A preparação dos nossos recursos humanos é o fator mais decisivo. Gente preparada, com boa formação técnica, com soft skills adequadas, capacidade de adaptação à mudança, orientação "problem solving", bom domínio de línguas estrangeiras... e com uma excelente relação custo/qualidade, não o negligenciemos. A isto deve acrescentar-se o contexto geopolítico e social do País. Integrados na União Europeia, somos um espaço seguro, com estabilidade política e social. E ainda temos sol e ótima gastronomia. Por tudo isto, tenho afirmado que Portugal tem uma oportunidade singular para se diferenciar e se afirmar na primeira liga dos países mais desenvolvidos do Planeta. Este é um momento histórico que o País deveria saber abraçar como um verdadeiro desígnio nacional.

"AS EMPRESAS NÃO VINGARÃO SE NÃO SOUBEREM VALORIZAR O SEU MAIOR ATIVO [RECURSOS HUMANOS]."

"PORTUGAL TEM UMA OPORTUNIDADE SINGULAR PARA SE DIFERENCIAR E SE AFIRMAR NA PRIMEIRA LIGA DOS PAÍSES MAIS DESENVOLVIDOS DO PLANETA."

Que fatores podem e devem ser melhorados, em termos legislativos ou outros, para atrair investimento neste domínio?

O Conselho Estratégico da Economia Digital apresentará algumas ideias concretas, para avaliação nos órgãos da CIP, que contribuam para criar um ambiente mais favorável ao sucesso de empresas portuguesas, tirando partido das inúmeras oportunidades que a digitalização permite. O investimento estrangeiro pode desempenhar um papel igualmente re-levante se implicar transferência tecnológica, injeção de capital e, desejavelmente, criação de emprego. Neste mundo crescentemente globalizado, a concorrência é forte, pelo que o País deve assumir este objetivo sem tibiezas. Percebendo que a opção, ao nível das políticas públicas, não pode estar sujeita a conjunturas ou conveniências parcelares. Um bom exemplo é a aposta numa formação adequada. Apesar de termos recursos de grande qualidade, a oferta é cada vez mais escassa. Precisamos de um impulso brutal na formação de pessoas qualificadas. Defendo que, nesta área, para que as opções perdurem e gerem reais benefícios, deveria existir um verdadeiro acordo de regime concertado entre as diversas forças políticas e sociais. Se tal for possível, Portugal pode ser um caso exemplar de sucesso na era digital.

SIEMENS
Ingenuity for life
MindSphere
Sistema operativo aberto
de IoT baseado na nuvem.
De implementação fácil e rápida, o MindSphere
promove a transformação digital das empresas,
independente do ramo de indústria e da sua dimensão.
siemens.pt

A economia digital nas políticas da União Europeia

Uma perspetiva empresarial

A ECONOMIA DIGITAL constitui uma prioridade da política económica da União Europeia. É na **Estratégia do Mercado Único Digital** que estão reunidas as várias ações-chave interdependentes e que têm como objetivo criar oportunidades para as pessoas e para as empresas e reforçar a posição da Europa como líder mundial na economia digital. Estas ações-chave desenvolvem-se em 3 áreas fundamentais:

- **Melhor acesso** dos consumidores e das empresas aos bens em linha
- Um **ambiente propício** ao desenvolvimento das redes e serviços digitais
- A economia digital como **motor de crescimento**

No **Melhor acesso** estão reunidas as iniciativas relativas:

- ao **comércio eletrónico** ("e-commerce"),
- aos serviços transfronteiriços de **entrega de encomendas** ("cross-border parcel delivery"),
- **bloqueio geográfico** ("geo-blocking"),
- **direitos de autor** ("copyright"),
- **IVA** no comércio eletrónico.

No **Ambiente propício** incluem-se:

- alteração do **enquadramento dos serviços de comunicações eletrónicas**;
- alteração da Diretiva relativa aos **serviços de comunicação social audiovisual** ("Audiovisual Media Services"),
- as **plataformas em linha** ("online platforms"),
- a proposta de Regulamento relativo à privacidade e às comunicações eletrónicas
- o novo **Regulamento Geral de Proteção de Dados** – RGPD ("General Data Protection Regulation - GDPR").

No **Motor de crescimento** estão agrupadas:

- medidas para **eliminar barreiras na Economia Europeia de Dados**, designadamente a proposta de Regulamento relativo a um quadro para o livre fluxo de dados não pessoais na UE;
- a definição de prioridades em matéria de **normas e de interoperacionalidade** em áreas críticas do Mercado Único Digital, como

sejam a **saúde, o transporte e a energia**:

- o apoio a uma sociedade digital inclusiva onde os cidadãos tenham as **competências adequadas** para aproveitar as oportunidades do mundo digital e a **promoção do governo eletrónico** ("e-government")

Áreas chave para as empresas

A BusinessEurope, a confederação empresarial europeia de que a CIP é membro, considera a economia digital crucial para a competitividade, o crescimento e o emprego na Europa, defendendo os interesses das empresas nas seguintes áreas chave da Economia Digital.

1. Mercado Único Digital da União Europeia

Uma recomendação importante refere-se à legislação da U.E.: restringi-la apenas a áreas onde se identifiquem falhas de mercado e quando necessária, assegurar que sejam seguidos os princípios de uma **Melhor Regulamentação** ("Better Regulation"). Para além disso, a legislação tem de ser robusta e permanecer relevante nesta área de constante mudança, ie, deve ser **tecnologicamente neutra**, visar a criação de **condições de concorrência equitativas e evitar condicionar o desenvolvimento tecnológico**.

2. Digitalização da indústria

Correspondendo a uma componente essencial da **inovação empresarial**, a digitalização da indústria coloca também desafios importantes na área das **competências** e da formação profissional.

Uma área importante neste domínio é a **Inteligência Artificial** sobre a qual a BusinessEurope elaborou um documento estratégico em dezembro de 2017. Para aproveitar as oportunidades oferecidas pela Inteligência Artificial, a Europa terá de permitir a realização de progressos tecnológicos, encorajar a adoção de tecnologias emergentes e abordar os desafios potenciais de uma forma inteligente e preparada para o futuro.

Em setembro de 2017 a BusinessEurope publicou o Estudo "Legal issues of Digitalisation in Europe". Uma das principais mensagens refere-se à **necessidade de eliminar as medidas nacionais que restringem a livre circulação de dados não pessoais na UE,** visando criar condições para a Europa liderar na economia digital.

3. Proteção dos dados

As discussões sobre o **Regulamento Geral de Proteção de Dados** mostram que a Europa ainda é muito avessa ao risco em relação ao digital em comparação com outras áreas económicas. É importante que a Europa reavalie o seu equilíbrio de oportunidades de risco e explore as oportunidades, em vez de se concentrar nas ameaças da economia baseada em dados. As regras de proteção de dados da UE devem, ao mesmo tempo, garantir a proteção dos cidadãos da UE e a livre circulação de dados no mercado único

digital, o que é essencial para o desenvolvimento da economia digital. A capacidade de transferir dados não apenas dentro da Europa, mas também fora dela, é crucial para empresas em todo o mundo, não importando seu tamanho, seu setor ou a área geográfica em que operam.

Relativamente à **Cibersegurança**, a BusinessEurope propôs um "Cybersecurity Act" em novembro de 2017. A sua principal mensagem defende que nenhum esquema de certificação de "tamanho único" pode ser aplicado a todas as tecnologias e riscos. A estrutura de certificação não pode prescrever a priori uma lista de elementos a serem incluídos em cada esquema.

4. Outras políticas

São várias as áreas políticas onde a Economia Digital é relevante. Destacamos a área da **Política do Comércio Internacional**. Com efeito, o comércio digital tornou-se um fator fundamental no desenvolvimento da economia global, em termos de promoção da economia no seu todo, do emprego, do empreendedorismo, da inovação e do crescimento.

No entanto, existem **barreiras ao comércio digital** e há uma tendência crescente para o protecionismo digital que precisa de ser abordado. Restrições típicas incluem medidas tarifárias, limitações de investimento, limitações nos fluxos de dados transfronteiriços e localização forçada de dados.

É importante que o quadro internacional existente - baseado nas regras da Organização Mundial do Comércio e noutros acordos internacionais - seja reforçado e que seja promovido o potencial para um **acordo sobre o comércio digital, de preferência multilateral**. Em paralelo, é importante que todos os acordos comerciais da UE incluam um capítulo independente sobre o comércio digital.

MERCADO ÚNICO DIGITAL – ALGUNS EXEMPLOS

- desde junho 2017, os preços do roaming nas comunicações móveis foram, finalmente, eliminados
- em maio de 2018, a UE estará equipada com a sua lei comum de cibersegurança – "Network Information Security Directive" visando ter redes e sistemas de informação seguros em todos os Estados Membros
- em maio de 2018, o Regulamento Geral de Proteção de Dados assegurará que os dados pessoais podem circular livremente na Europa, estando protegidos por elevados padrões de segurança
- em 2020, os Estados Membros da UE irão, pela primeira vez, coordenar a sua utilização da banda de qualidade superior de 700MHz, possibilitando o suporte de redes 5G e o desenvolvimento de novos serviços nas áreas de saúde, dos transportes, das cidades inteligentes, etc.

China aposta em infraestruturas para alargar influência na Europa

Os investimentos deverão focar-se nas infraestruturas de transporte - terrestre, marítima e aérea - assim como nas áreas da energia e digital, constituindo, em teoria, oportunidades de negócio para as empresas europeias

LANÇADO EM 2013 pelo executivo de Xi Jinping, o programa "Belt and Road Initiative" (BRI, previamente conhecido como "One Belt, One Road") tem como principal objetivo o investimento progressivo em projetos relacionados com infraestruturas, que liguem os continentes Europeu e Asiático. Esta ligação infraestrutural servirá, na perspetiva chinesa, para tornar a região da Eurásia numa área de influência comercial e económica capaz de rivalizar com a região Transatlântica, que é ainda dominante no panorama mundial.

Os investimentos deverão focar-se principalmente nas infraestruturas de todas as modalidades – terrestre, marítima e aérea – assim como nas áreas da energia e digital. Em teoria, as oportunidades disponíveis para as empresas europeias são inúmeras, tendo em conta os avultados fundos disponíveis[1] e também a favorável posição concorrencial que lhes é reconhecida nestes projetos de grande escala. A indústria química pode também encontrar oportunidades nesta iniciativa, como fornecedora de muitas das matérias-primas necessárias para a construção dos projetos.

No entanto, na prática, poucas empresas europeias conseguiram, até agora, participar nesta iniciativa. Com efeito, não se tem verificado transparência nos concursos para atribuição destes projetos, com a maioria destes concursos a serem ganhos por consórcios de empresas Chinesas subsidiadas pelo Estado. Adicionalmente, as propostas vencedoras muitas vezes não incorporam as normas mundiais em matéria ambiental ou social. A informação oficial disponível sobre o BRI é muito escassa, não existindo uma base de dados que contenha os projetos aprovados nem quais os projetos disponíveis, o que dificulta ainda mais o acesso de empresas não-chinesas aos concursos públicos.

A União Europeia tem acompanhado este processo principalmente através do Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS), tendo criado em 2015 a Plataforma de Conectividade UE-China, com o objetivo de encontrar sinergias entre iniciativas Europeias e Chinesas, como é o caso do TEN-T – Trans-European Transport Network e do BRI. O EEAS está neste momento a desenvolver a Estratégia de Conectividade UE-Ásia, cuja publicação é esperada para o segundo semestre de 2018.

1- O Asian Development Bank estima que as necessidades de infraestruturas corresponderão a cerca de 1.7 triliões de dólares por ano nos próximos 15 anos.

EUA impõem restrições à importação de aço e de alumínio

Países da União Europeia isentos provisoriamente destas medidas

NO DIA 1 DE MARÇO de 2018, o Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, anunciou a intenção de impor restrições sob a forma de uma direitos aduaneiros aplicáveis às importações de aço e alumínio. Uma semana depois, anunciou que estes direitos seriam fixados em 25% sobre o aço e em 10% sobre o alumínio, excepto no caso das importações provenientes do Canadá e do México.

Entretanto, um dia antes de estas medidas entrarem em vigor, em 22 de março, o Presidente dos EUA isentou provisoriamente até 1 de maio a aplicação destas medidas aos países da União Europeia, assim como à Austrália, Argentina, Coreia do Sul e Brasil.

Esta imposição de direitos aduaneiros surgiu na sequência dos inquéritos realizados pelo Departamento do Comércio dos EUA ao abrigo da secção 232 da lei de 1962 – "Trade Expansion Act". Estes relatórios concluíram que as importações de aço e alumínio constituíam uma ameaça à segurança nacional dos EUA e recomendavam a imposição de restrições ao comércio. No entanto, estas medidas destinam-se sobretudo a proteger a indústria nacional dos EUA do excesso de importações. Qualquer justificação de segurança nacional afigura-se pouco credível: o secretário da Defesa dos EUA afirmou publicamente que as necessidades militares norte-americanas não representam mais do que 3% da produção dos EUA e que o Ministério da Defesa tem capacidade para adquirir todo o aço e alumínio de que necessita para suprir as necessidades de defesa nacional do país.

Em comentário imediato ao anúncio realizado pelo Presidente dos EUA, a Comissária Europeia responsável pelo Comércio, Cecilia Malmström, referiu que "A UE encetará, assim que possível, consultas com os EUA no âmbito da resolução de litígios, em Genebra *(na Organização Mundial do Comércio)*. A Comissão irá acompanhar a evolução do mercado e, **se for caso disso, proporá medidas de salvaguarda compatíveis com as regras da OMC**, a fim de preservar a estabilidade do mercado da UE. A causa principal dos problemas que afetam estes dois setores é a **sobrecapacidade a nível mundial provocada por uma produção que não se baseia no mercado**. Este problema só pode ser resolvido na origem e em colaboração com os principais países implicados *(designadamente com a China)*. Esta ação unilateral por parte dos EUA não ajuda." O Conselho Europeu de 22 e 23 de março validou esta posição da Comissão Europeia (CE).

Também a BUSINESSEUROPE reagiu ao anúncio feito pela Casa Branca, tendo enviado cartas ao Secretário do Comércio norte-americano, Wilbur Ross, ao Senador Paul Ryan, líder da maioria republicana na câmara dos Representantes do Senado norte-americano, e ainda a outros senadores. A BUSINESSEUROPE apelou ao Secretário do Comércio que a União Europeia fosse excluída da lista de mercados afetados pelas sobretaxas, mantendo a parceria-chave entre os EUA e a UE.

Em carta enviada ao Conselho Europeu de 22 e 23 de março, a BusinessEurope apoiou a atuação em três etapas anunciada pela CE que combina:

- uma **queixa junto da OMC**,
- a **retaliação** com uma lista específica de produtos cujas importações dos EUA seriam sujeitas a uma suspensão das concessões tarifárias e, numa segunda fase, a um aumento dos direitos aduaneiros – *uma lista de produtos muito variada sobre a qual a CE lançou uma consulta pública de 16 a 26 de março e que pode ser consultada no website da DG Trade;*
- a **adoção de medidas de salvaguarda face a países terceiros** para fazer frente ao aumento de importações, designadamente decorrentes do desvio de comércio – *em 26 de março, a CE lançou um inquérito de salvaguarda relativo ao total das importações na UE de 27 categorias de produtos de aço, a qual deverá estar concluída dentro de 9 meses, não excluindo a possibilidade de serem adotadas medidas provisórias, caso se prove serem necessárias (ver aviso de início do inquérito no Jornal Oficial da União Europeia série C, nº 111 de 26 de março, páginas 29 a 35).*

A BusinessEurope realçou também a sua preocupação pelo afastamento dos EUA dos seus compromissos junto das organizações e acordos multilaterais. A situação é particularmente sensível quando os EUA estão a bloquear a nomeação de juízes no Órgão de Resolução de Litígios da OMC.

MOVIGEAR®: O sistema de acionamento mecatrónico

MOVIGEAR®

Motor eletrónico DRC, com engrenagens cónicas

O MOVIGEAR® combina as três competências principais da SEW-EURODRIVE num só equipamento compacto: redutor, motor e variador eletrónico. Portanto, tem todas as características para estabelecer óptimos padrões de eficiência e funcionalidade.

Os seus benefícios num relance:

- Redução de custos de energia até 50% através da tecnologia de acionamento inteligente
- Silencioso, operação sem ventilador
- Design do equipamento optimizado para ambientes com elevados requisitos de higiene
- Instalação simples e de baixo custo
- Vasta área de aplicações

Fale connosco. Vamos ajudá-lo.
SEW-EURODRIVE—Driving the world.

www.sew-eurodrive.pt

SEW EURODRIVE

CIP critica Proposta de Diretiva Europeia relativa às condições de trabalho

A CIP remeteu ao Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a sua Nota Crítica à Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a condições de trabalho transparentes e previsíveis na União Europeia

A CIP, na supramencionada Nota Crítica, referiu, em síntese, o seguinte:

1

A Proposta de Diretiva em referência surge na sequência da avaliação e/ou exercício REFIT (Programa para a adequação e a eficácia da regulamentação) sobre a Diretiva 91/533/CEE do Conselho, de 14 de Outubro de 1991, relativa à obrigação de a entidade patronal informar o trabalhador sobre as condições aplicáveis ao contrato ou à relação de trabalho, tendo a Comissão Europeia (doravante CE) publicado, no dia 21 de dezembro de 2017, a Proposta de Diretiva supraidentificada.

A Proposta de Diretiva constitui uma das ações prioritárias da CE no quadro do Pilar Europeu de Direitos Sociais, o qual foi proclamado, conjuntamente pelo Parlamento Europeu, o Conselho e a própria CE, na Cimeira Social para o "Emprego Justo e o Crescimento", realizada em Gotemburgo, em 17 de novembro de 2017.

Visa, igualmente, dar resposta à solicitação do Parlamento Europeu quanto à conceção de uma Diretiva-Quadro sobre condições de trabalho mínimas para todos os trabalhadores, independentemente do tipo de contrato de trabalho.

Segundo a Proposta de Diretiva *"O objetivo geral da diretiva proposta é promover um emprego mais seguro e previsível, assegurando, ao mesmo tempo, a adaptabilidade do mercado de trabalho e a melhoria das condições de vida e de trabalho.*

Os objetivos específicos na perspetiva dos quais deve ser abordado o objetivo geral são os seguintes:

1) melhorar o acesso dos trabalhadores às informações respeitantes às suas condições de trabalho;

2) melhorar as condições de trabalho para todos os trabalhadores, nomeadamente em novas e atípicas formas de emprego, garantindo, ao mesmo tempo, margem para a adaptabilidade e a inovação do mercado de trabalho;

3) melhorar o cumprimento das normas relativas às condições de trabalho através do reforço da sua aplicação efetiva; e

4) melhorar a transparência no mercado de trabalho, evitando ao mesmo tempo a imposição de encargos excessivos às empresas, independentemente da sua dimensão.".

Por outro lado, também em termos de enquadramento, a CE apresenta vários considerandos que refletem claramente a sua visão quanto ao futuro do mercado de trabalho europeu, a saber:

"Em 2016, as formas de emprego ***"atípicas"*** *foram objeto de um quarto de todos os contratos de trabalho e, nos últimos dez anos, mais de metade dos postos de trabalho criados revestiu uma natureza não convencional (O emprego não convencional inclui o trabalho a tempo parcial permanente e o trabalho temporário a tempo inteiro e a tempo parcial)."*

"A ***digitalização tem facilitado a emergência de novas formas de emprego****, ao passo que a evolução demográfica se traduz numa maior diversidade da população ativa. A* ***flexibilidade gerada pelas novas formas de emprego tem sido um importante motor de criação de emprego e de crescimento do mercado de trabalho****."*

"A ***adaptabilidade das novas formas de emprego*** *às variações da conjuntura económica permitiu o desenvolvimento de novos modelos comerciais, nomeadamente na economia colaborativa, e proporcionou a* ***entrada no mercado de trabalho a pessoas que teriam, de outra forma, sido excluídas****."*

"No entanto, estas tendências conduziram igualmente a uma certa instabilidade ***e falta de previsibilidade*** *em algumas relações de trabalho, especialmente no caso de trabalhadores mais expostos a situações precárias.* ***A inadequação dos quadros jurídicos em vigor pode sujeitar os trabalhadores em formas de emprego atípico a práticas desleais ou pouco claras, dificultando-lhes o exercício dos seus direitos.****".*

Assim, *"A diretiva proposta irá* ***substituir*** *a Diretiva Declaração Escrita por um novo instrumento que garanta a transparência sobre as condições de trabalho para todos os trabalhadores e estabeleça* ***novos direitos substantivos com vista a melhorar a previsibilidade e a segurança dessas condições, sobretudo para aqueles que se encontram em situações de emprego precário.****"* (sublinhados e negritos nossos).

2

Na perspetiva da CIP, a Proposta de Diretiva em apreço revela-se como uma das mais

preocupantes propostas apresentadas nos últimos anos por parte da CE.
Diga-se, desde já, que, na perspetiva desta Confederação, a Proposta, em síntese:
• Promove um modelo de desenvolvimento ultrapassado e desconectado do Mundo atual e que não tem adesão minimamente sustentada ao entendimento e anseio da população, designadamente das gerações europeias mais jovens;
• É de duvidosa legalidade face ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE);
• Promove a desunião entre os Estados-Membros num período em que é cada vez mais necessário reforçar o projeto europeu;
• Apresenta várias deficiências que limitam a compreensão total do seu sentido e alcance e promove e adota muitos conceitos e expressões subjetivas que em nada contribuem para a necessária segurança e certeza jurídicas.
Vinca-se, também, desde já, que a posição da CIP aborda e tem em linha de conta as três dimensões que a análise da PD impõe: nacional, europeia e internacional.

- A Proposta de Diretiva promove um modelo de desenvolvimento ultrapassado e desconectado do Mundo atual e que não tem adesão minimamente sustentada ao entendimento e anseio da população, designadamente das gerações europeias mais jovens

Segundo a CE, é necessário combater o *"quadro normativo cada vez mais diversificado em toda a UE"* uma vez que *"Esta diversidade comporta o risco acrescido de concorrência assente numa deterioração das normas sociais"*.
Diversidade que, segundo a CE, também contribui para a perda por parte dos Estados-Membros de "receitas fiscais e contribuições para a segurança social.".
Como resposta a tal quadro, a CE propõe encapsular a realidade, de que a uniformização do conceito de trabalhador constitui exemplo paradigmático, e criar um conjunto de novos direitos substantivos mínimos ao nível da UE.
Por outras palavras, verifica-se a intenção da CE de "empacotar" todas as relações, num único e rígido modelo, ou seja, o regresso a um modelo clássico de trabalho fabril, das "9h às 17h", onde o emprego é para a vida.
Tal visão convoca e provoca junto da CIP e da sua estrutura associada fortes e sustentados receios quanto ao futuro do projeto europeu.
De facto, a Proposta de Diretiva apresenta uma visão ou modelo de desenvolvimento que se revela, por um lado, completamente ultrapassada e desconectada do Mundo atual e, por outro lado, sem a mínima adesão ao entendimento e anseio da população, designadamente das gerações europeias mais jovens.
Tal modelo, julga-se, visa dar resposta a alguma insegurança de certas camadas populacionais e, também, a algum do populismo emergente da profunda crise económica e social que perpassou pela Europa e que teve início formal em outubro de 2008.
Sem prejuízo de se estar a recorrer a conceitos manifestamente subjetivos, que em nada contribuem para a necessária segurança e certeza jurídicas, o que se verifica é um alheamento total, por parte da CE, quanto à realidade dos mercados de trabalho, quer ao nível europeu quer ao nível mundial.
Tem a CE consciência de que o Mundo está em constante e rápida mutação? Que o futuro imediato ainda comporta grande incerteza e riscos económicos e financeiros?
Quanto à previsibilidade, a CIP questiona: i) Previu a CE a crise económica e financeira que teve início em outubro de 2008 ? ii) Previu a CE o Brexit?; iii) A crise dos refugiados?
Sejamos claros e coerentes: Face à imprevisibilidade que domina o Mundo, a única opção lógica e sã impõe flexibilidade.
Subjacente à filosofia da CE, encontra-se uma clara oposição à diversidade que é bem refletida no desfavor associado a qualquer tipo de contrato que não assuma um caráter permanente.
Mais grave: Face ao supratranscrito, a CE chega ao ponto de criticar o facto de os Estados-Membros e os Parceiros Sociais, ao nível da contratação coletiva, terem adotado novas regras que resultaram num quadro normativo cada vez mais diversificado, o qual, na sua ótica, comporta risco acrescido de deterioração das normas sociais.
Inconcebível, na perspetiva da CIP, e julga-se que também para o Governo português !!
Na perspetiva da CIP, a aprovação da presente proposta apenas acentuará a divergência de competitividade dos Estados-Membros, mas principalmente a da UE face aos seus concorrentes internacionais.
Como já se referiu, a Proposta de Diretiva também comporta uma visão de que *"o emprego é para a vida"*, a qual já não tem mínimo eco na larga maioria dos trabalhadores europeus, nomeadamente dos mais jovens.
Tal visão, para além de irrealista, contraria uma tendência generalizada dos cidadãos europeus (76%) que, ao inquérito elaborado pelo Eurobarómetro n.º 264 *"European Employment and Social Policy"*, publicado em outubro de 2006, e que inclui Portugal, já respondiam que o *"emprego para a vida é coisa do passado"*. (sublinhado nosso).
Na perspetiva da CIP, o que sociedade e os seus concidadãos exigem é a criação de emprego e a promoção da empregabilidade, a qual pode ser genericamente definida como a capacidade das pessoas para i) obterem um emprego ou ii) para se adequarem profissionalmente a um emprego, ou seja, adequação do trabalhador às novas necessidades e dinâmicas dos mercados de trabalho.
E isto passa, necessariamente, pelo crescimento económico.
A CE em vez se focar, quase em exclusivo, em *"alargar e aprofundar os direitos sociais"* através de modelos únicos e rígidos, deve, isso sim, ter uma abordagem mais ampla, procurando determinar como proporcionar as melhores oportunidades possíveis de emprego para todos.
A filosofia ou visão inerente à PD também parece ignorar ou esquecer que a Europa se destaca no Mundo como a região com o mais alto nível de bem-estar e equidade social.
Nesse âmbito, é necessário ter em conta que o acervo social da UE já está bem desenvolvido e consolidado, abrangendo mais de 70 Diretivas que protegem os trabalhadores e lhes proporcionam direitos em inúmeras áreas-chave, incluindo, entre outras, a proteção social, a igualdade de tratamento, condições de trabalho, saúde e segurança e informação e consulta.
É, assim, com manifesta surpresa, choque e profunda preocupação, que vemos a intenção da CE em retroagir no tempo, num movimento em contraciclo ao Mundo moderno e que não reflete o entendimento dos seus cidadãos, designadamente dos mais jovens.
Mais, também não reflete o espírito do projeto europeu, cujo lema, muitas vezes esquecido ou ignorado, mas que agora se reaviva, previsto no Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa (2004), é o seguinte: no latim "*In varietate concordia*", ou seja, "Unida na diversidade" (v. artigo I-8.º).

- A Proposta de Diretiva é de duvidosa legalidade face ao Tratado sobre

o Funcionamento da União Europeia (TFUE)

Por outro lado, e assumindo foros de essencialidade, pelo seu impacto e alcance, a CIP questiona: Está a Proposta em análise em consonância com o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE)? Diga-se, desde já, que a CIP tem fundadas dúvidas sobre a legalidade da iniciativa em apreço, circunstância que naturalmente provoca manifesta preocupação junto desta Confederação já que somos defensores e promotores do projeto europeu.

A Proposta de Diretiva tem por base jurídica a alínea b) do n.º 2 do artigo 153.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), que prevê a adoção de Diretivas que fixem prescrições mínimas em matéria de, entre outras, *"Condições de trabalho"*, tal como definido na alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo.

O artigo 153.º do Tratado, na qual a proposta de CE se baseia, refere que a União exerce os seus poderes *"A fim de realizar os objetivos enunciados no artigo 151.º (…)"*. (sublinhado nosso).

O artigo 151.º do TFUE refere o seguinte: *"A União e os Estados-Membros, tendo presentes os direitos sociais fundamentais, tal como os enunciam a Carta Social Europeia, assinada em Turim, em 18 de outubro de 1961 e a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, de 1989, terão por objetivos a promoção do emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho, de modo a permitir a sua harmonização, assegurando simultaneamente essa melhoria, uma proteção social adequada, o diálogo entre parceiros sociais, o desenvolvimento dos recursos humanos, tendo em vista um nível de emprego elevado e duradouro, e a luta contra as exclusões.*

Para o efeito, a União e os Estados-Membros desenvolverão ações ***que tenham em conta a diversidade das práticas nacionais, em especial no domínio das relações contratuais, e a necessidade de manter a capacidade concorrencial da economia da União****"*. (sublinhado e negrito nosso).

Face ao exposto, e, por outras palavras, o Tratado estabelece que as Diretivas da EU devem atingir os objetivos consignados no artigo 151.º tendo em conta as práticas nacionais, em particular, o papel dos parceiros sociais, e a necessidade de manter a competitividade da economia da UE.

Estamos a falar, em concreto, do respeito pelo princípio de subsidiariedade.

Princípio que muito contribuiu para a manutenção da diversidade e o desenvolvimento da Europa e que agora é, na perspetiva da CIP, diretamente afrontado, designadamente através da proposta de uniformizar o conceito de trabalhador ao nível da UE.

- A Proposta de Diretiva apresenta várias deficiências que limitam a compreensão total do seu sentido e alcance e promove e adota muitos conceitos e expressões subjetivas que em nada contribuem para a necessária segurança e certeza jurídicas

A Proposta de Diretiva apresenta várias deficiências.

De facto, é perspetiva desta Confederação que o documento em análise não prima pelo rigor, circunstância que dificulta a sua análise.

Veja-se, a título de mero exemplo, que se identificam, em várias situações, discrepâncias entre o referido na i) exposição de motivos, ii) nos considerandos e iii) no articulado.

Exemplo disso mesmo, é a caraterização de trabalhador e a identificação de situações concretas de formas de trabalho nele incluídas, identificadas na exposição de motivos, considerandos e articulado.

Por outras palavras, analisando-se as 3 partes identificadas, verifica-se e identificam-se referências e conteúdos diferentes.

Este aspeto dificulta a análise e revela, como já foi referido, falta de rigor, o que pode, eventualmente, ser explicado por alguma pressa na elaboração da Proposta de Diretiva face ao aproximar do fim do mandato da CE.

Acresce o recurso constante, mormente no articulado da Proposta, a conceitos ou expressões marcadamente subjetivas e indeterminadas, como por exemplo, entre muitos outros, o emprego *"seguro"* e "*previsível"*, *"em grande parte variável"*, *"em grande parte determinado"*.

- A Proposta de Diretiva promove a desunião entre os Estados-Membros num período em que é necessário reforçar o projeto europeu

As preocupações anteriormente expressas assumem, noutro domínio, foros de quase total certeza, agora no que diz respeito aos efeitos divisionistas que a entrada em vigor da Proposta de Diretiva poderá gerar no espaço europeu.

De facto, pouca ou nenhuma dúvida resta à CIP quanto à oposição e, assim, divisão, que a Proposta em apreço seguramente irá gerar junto dos Estados-Membros, designadamente dos mais desenvolvidos e competitivos da Europa.

Ou, pelo contrário, julga a CE que tais Estados são competitivos e desenvolvidos, quer ao nível económico quer ao nível social, pela imutabilidade das suas políticas ou pela promoção de quadro rígidos, uniformizados e cegos face ao desenvolvimento do Mundo?

A apresentação da Proposta de Diretiva levará, seguramente, a um período prolongado de debate, criando um quadro de incerteza para as empresas e os seus trabalhadores sobre o quadro jurídico no futuro imediato, circunstância que, claramente, prejudica o tão necessário e premente crescimento económico e a criação de emprego.

Aliás, num contexto em que, não obstante os resultados positivos alcançados, a recuperação económica da Europa ainda está perante alguns sinais de "turbulência", quer ao nível do sistema financeiro quer ao nível dos mercados de capitais, não se compreende a apresentação de iniciativas como esta, que comprometem, e muito, a união em torno do projeto e o desenvolvimento económico e social que todos desejamos.

3

Como é facilmente percetível face anteriormente exposto, a CIP defende uma filosofia manifestamente diferente da apresentada pela CE.

A CIP, sinteticamente, sublinha e defende o seguinte.

Uma série de questões globais, regionais e nacionais, incluindo o resultado do referen-

do britânico, o denominado Brexit, estão a contribuir para um quadro de incerteza que naturalmente tem impacto nas empresas.
Tais questões pesam sobre a confiança das empresas e as decisões de contratar mais trabalhadores.
Concordamos que, nos últimos anos, houve uma melhoria gradual dos mercados de trabalho e da situação social na União Europeia, mas com diferenças acentuadas entre os Estados-Membros.
Concordamos, também, que esta melhoria gradual é sustentada pela modesta recuperação económica na UE e na zona euro.
Para a Europa avançar na frente do emprego serão necessários esforços mais decididos e resultados tangíveis em termos de implementação das reformas estruturais a nível nacional.
Trata-se de avançar com uma estratégia renovada do mercado de trabalho da UE, reformulando o conceito de flexigurança à luz das atuais realidades do mercado de trabalho.
Na perspetiva da CIP, tal estratégia deverá centrar-se nos seguintes objetivos:

- Promover e alcançar mercados de trabalho justos, dinâmicos, móveis e inclusivos;
- Assegurar que os direitos sociais sejam adaptáveis às condições atuais e futuras e a novas e mais diversas carreiras profissionais;
- Promover o aumento da participação no emprego e da empregabilidade, a fim de enfrentar os desafios demográficos na Europa, o que torna ainda mais crucial a mobilização de todos os recursos humanos disponíveis;
- Fornecer um ambiente adequado no que à legislação de proteção do emprego diz respeito, por forma a estimular a contratação, oferecendo, simultaneamente, níveis modernos de proteção tanto aos que já estão no emprego como aos que procuram um emprego;
- Assegurar que as empresas tenham flexibilidade suficiente para adaptar a sua força de trabalho às circunstâncias económicas em constante mutação; e
- Estabelecer as condições necessárias para facilitar a transição dos trabalhadores no mercado de trabalho entre empregos, sectores e condições de emprego, respeitando simultaneamente a diversidade das práticas de relações laborais em toda a Europa.

Uma estratégia renovada do mercado de trabalho da UE deve ser concebida com vista a reforçar a União Económica e Monetária, apoiando os esforços dos Estados-Membros da UE em convergir para os resultados desejados em termos de competitividade, crescimento, emprego e produtividade.

A "agenda" que agora propomos exige e está dependente de decisões e ações concretas que têm e devem estar no centro da competência e discricionariedade dos Estados-Membros, por forma a respeitar a diversidade inerente e caracterizadora de cada um.

Ao invés de tentar resolver os desafios do mercado de trabalho a nível europeu, a União Europeia deve concentrar-se em fornecer informações, incentivos e conhecimentos técnicos aos Estados-Membros e aos Parceiros Sociais com vista a que estes concebam, implementem e avaliem políticas que realmente abordem os desafios estruturais do mercado de trabalho que enfrentam, de uma maneira que seja entendida e aceitável em cada uma das suas sociedades e seus contextos específicos.

A CIP em 2017

Dando cumprimento ao Plano para o Triénio 2017-2019, a CIP interveio, em 2017, com base nos compromissos assumidos para o presente triénio: o Compromisso com o crescimento económico; o Compromisso com uma Europa unida em torno da competitividade; e o Compromisso com um movimento associativo sólido e com valor para as empresas

1. COMPROMISSO COM O CRESCIMENTO ECONÓMICO

O início do mandato dos novos órgãos sociais da CIP foi marcado pela realização da Conferência "Moldar o Futuro", no dia 23 de fevereiro, que promoveu um debate sobre os caminhos a seguir para que Portugal responda ao imperativo do crescimento, privilegiando a diversidade de perspetivas, opiniões e experiências, em torno de soluções que permitam moldar um futuro mais próspero para Portugal.

A conferência reuniu 17 oradores e 450 participantes, tendo obtido uma larga cobertura mediática (174 notícias).

Com base numa análise da evolução recente da economia nacional, a CIP apresentou, em setembro, o documento "Propostas OE 2018: Investir e qualificar", que enquadrou e delineou as propostas da CIP para o próximo ano, proporcionando assim uma intervenção coerente e fundamentada da CIP junto do poder político e da opinião pública.

A estratégia definida neste documento centrou-se na produtividade, na necessidade de acautelar as consequências do seu fraco desempenho e, sobretudo, de ultrapassar os fatores que estão na sua origem.

Neste sentido, foram definidos dois sub-temas considerados cruciais para assegurar uma progressão mais favorável da produtividade: o investimento e a qualificação do capital humano.

No que respeita ao investimento privado, foram identificadas duas condicionantes fundamentais: o financiamento e a fiscalidade.

Consequentemente, as propostas da CIP (14 das quais com incidência orçamental) estruturaram-se nos seguintes eixos:

- Financiamento e capitalização das empresas
- Fiscalidade
- Qualificação
- Evolução dos custos salariais, de contexto e energéticos

Após a aprovação na generalidade do Orçamento do Estado para 2018, a CIP apresentou aos diversos Grupos Parlamentares nove propostas de alteração que considerou serem viáveis e relevantes, duas das quais foram introduzidas na versão final aprovada na Assembleia da República.

Em sede de Concertação Social, o ano foi particularmente complexo, tendo-se iniciado com a subscrição, no dia 17 de janeiro de 2017, pelo Governo e a maioria dos Parceiros Sociais com assento na CPCS do "Compromisso Tripartido para um Acordo de Concertação de Médio Prazo".

Resultado de difíceis negociações, trata-se de um Compromisso da maior importância, na medida em que procura salvaguardar a competitividade das empresas, estabelecendo contrapartidas que pudessem atenuar o impacto provocado por um aumento do salário mínimo superior ao que seria consentâneo com os critérios económicos objetivos ditados pela evolução da inflação, da produtividade e da competitividade.

A importância deste Compromisso vai, no entanto, muito além deste aspeto, porque lançou os eixos centrais para um acordo de médio prazo que abrange não só a temática da legislação laboral e da contratação coletiva, mas, também, a generalidade dos fatores relevantes para a competitividade empresarial.

Por outro lado, o ano de 2017 foi igualmente marcado pela discussão em torno do "Livro Verde do Mercado de Trabalho e das Relações Laborais".

Neste âmbito, a CIP pugnou e deixou vincado que as conclusões das discussões sobre o referido Livro devem retratar, de forma objetiva e isenta, a realidade do mercado de trabalho e das relações laborais em Portugal, por forma a permitir uma reflexão e um posicionamento sério e fundamentado por parte dos atores envolvidos.

O final do ano de 2017 foi igualmente marcado pela discussão (infrutífera) sobre a extensão temporal do já referido "Compromisso Tripartido para um Acordo de Concertação de Médio Prazo" de 17 de janeiro de 2017.

Neste contexto, a CIP promoveu, juntamente com as restantes Confederações, a enunciação de um conjunto de matérias tidas como essenciais no contexto do cumprimento do "Compromisso".

Relativamente à legislação laboral, foram inúmeros os projetos de diploma apresentados no Parlamento, em particular pelos partidos que apoiam o Governo, e que, em síntese, visaram desfazer os compromissos assumidos em sede de CPCS e os progressos obtidos no passado recente. A CIP pronunciou-se sobre todos e cada um destes projetos e continuou igualmente a pugnar pela alteração ou consagração de algumas soluções legais que, ainda hoje, se revelam como falhas de adequação.

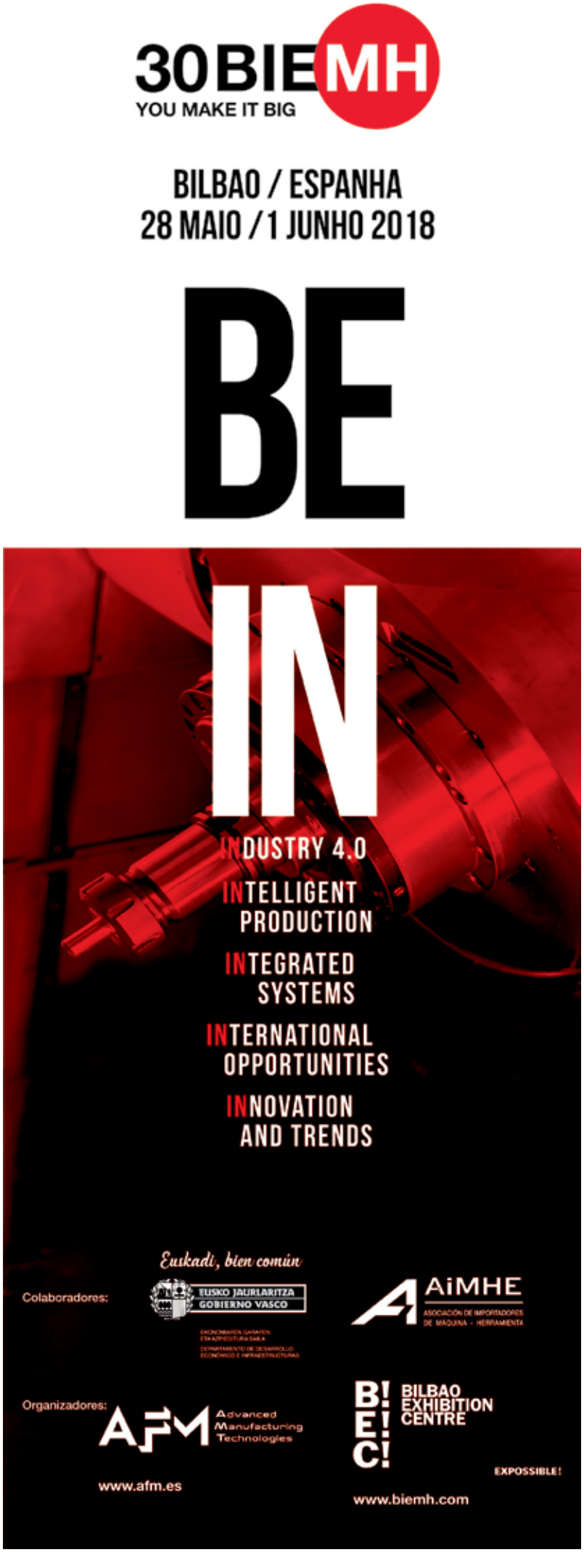
Para além da definição e apresentação das suas propostas para o futuro, destaca-se em 2017 a intervenção da CIP no acompanhamento da implementação do Programa Portugal 2020, criticando o excessivo desvio de recursos para medidas são fundamentalmente de caráter corrente e para o facto das entidades públicas absorverem uma grande parcela dos fundos estruturais, nomeadamente do Fundo Social Europeu, enquanto os promotores privados se defrontam com dificuldades operacionais de vária ordem na apresentação dos seus projetos, atrasos na avaliação das candidaturas, não aprovação de projetos por motivos não justificados e atrasos nos pagamentos.

No início da reflexão e debate sobre a estratégia para Portugal pós 2020, a intervenção da CIP destacou duas prioridades: o investimento e a qualificação do capital humano, além da retoma do objetivo de afetar 50%

dos fundos europeus ao apoio direto à competitividade das empresas.
A CIP manteve-se atenta à implementação do Programa Capitalizar, denunciando as lacunas no seu cumprimento e pugnando pela sua plena concretização.
No âmbito do combate à burocracia e da adequação da legislação à competitividade das empresas, é de referir o acompanhamento da implementação do Programa Simplex + 2016, com a apresentação de sugestões relativas ao Sistema da Indústria Responsável e ao Licenciamento Único Ambiental, bem como a intervenção pontual relativa à introdução de novos custos de contexto.
Quanto à política industrial a atividade da CIP centrou-se no profundo trabalho de reflexão estratégica realizado, no âmbito do Conselho da Industria Portuguesa, por 9 grupos de trabalho, constituídos por mais de 50 personalidades: empresários, dirigentes das associações empresariais, gestores, professores universitários e especialistas. Deste trabalho resultou o Documento "O conceito de reindustrialização, industria 4.0 e política industrial para o seculo XXI" terminado e publicado on-line em dezembro 2017.
Há ainda a destacar a presença e ação na ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), a participação na iniciativa "Crescimento Verde" e a defesa em prol de melhor legislação, simplificação de procedimentos e eliminação de duplicações, além do permanente acompanhamento do processo de implementação da Economia Circular.
A CIP através do Conselho Estratégico da Saúde, desenvolveu o seu trabalho de afirmação do valor económico da saúde. Salienta-se a publicação do estudo "O sector da Saúde – organização, concorrência e regulação" e a organização de 2 seminários dedicados aos temas do "Envelhecimento ativo" e "A Saúde é uma prioridade para Portugal?".

CIP

As Associações filiadas na Confederação representam 114.566 empresas, que empregam 1.541.539 trabalhadores e têm um volume de negócios de €105.208 milhões por ano



Finalmente, destacam-se as seguintes iniciativas públicas promovidas pela CIP:
• Seminário "Operar nos Mercados Únicos da UE" (em parceria com a DGAE)
• Workshop "O Novo Regulamento de Proteção de Dados – Desafios e Soluções para as Empresas" (em conjunto com a Microsoft e a AON e com a colaboração da André Miranda & Associados)

2. COMPROMISSO COM UMA EUROPA UNIDA EM TORNO DA COMPETITIVIDADE

Em 2017 a atividade Europeia centrou-se na temática do "Futuro da Europa" e do Brexit, tendo a CIP acompanhado e participado na preparação das posições da BusinessEurope.
Num momento marcado por fortes incertezas a CIP reafirmou o seu Compromisso com a União Europeia no documento "Prioridades da CIP para a Europa" em que apresenta 7 prioridades: Investir numa Europa mais Coesa e inovadora; Melhorar a dimensão social para promover a criação de emprego; Aprofundar a União Económica e Monetária; Completar o Mercado Único em todas as suas dimensões; Avançar com uma politica comercial global e ambiciosa; Colocar a competitividade no centro da nova estratégia industrial; Vencer o desafio do Brexit.
Este documento foi apresentado a diversos responsáveis da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, em setembro, aquando da visita a Bruxelas do Presidente da CIP acompanhado por uma delegação de líderes de associações empresariais nacionais. Nesta visita o Presidente da CIP participou ainda na segunda edição do Innovation Sessions, organizada pela CIP, AICEP, ANI e Eupportunity, dedicada aos temas da mobilidade e da digitalização da economia, que mais uma vez teve lugar no Conselho Economico e Social Europeu a convite do representante da CIP nesta Instituição.
No domínio do Dialogo Social Europeu o ano foi marcado pela assinatura de um Acordo relativo ao Envelhecimento Ativo e uma Abordagem Intergeracional.
Em termos de atividade legislativa Europeia a CIP interveio, diretamente e/ou através da BUSINESSEUROPE, em particular nos processos de decisão sobre:
• Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços
• Obrigação de a entidade patronal informar o trabalhador sobre as condições aplicáveis ao contrato ou à relação de trabalho
• Modernização dos Instrumentos de Defesa Comercial e nova metodologia Anti-Dumping
• Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos
• Posição prévia sobre a definição europeia de PME
A atuação da CIP foi ainda marcada pelos seus contributos para a definição das posições tomadas pela BusinessEurope em diversos temas, salientando-se, para além do debate global sobre o futuro da Europa:
• o documento sobre uma nova estratégia industrial da União Europeia
• a reflexão sobre o quadro financeiro plurianual e a política de coesão pós-2020
• a reflexão sobre a reforma da União Económica e Monetária
Destacam-se ainda as seguintes iniciativas públicas promovidas pela CIP:
• Seminário "As PME Europeias nas Cadeias de Valor Globais" (em parceria com a AIDA)
• Seminário "Operar no Mercado Único dos Bens – Aplicar, Cumprir, Fiscalizar" (em parceria com a AERLIS)
• Workshop "Single Market for SME" integrado na Conferência de encerramento da edição 2016/2017 do Single Market Forum em Malta

3. COMPROMISSO COM UM MOVIMENTO ASSOCIATIVO SÓLIDO E COM VALOR PARA AS EMPRESAS

Não descurando o seu objetivo de consolidação da estrutura associativa empresarial de cúpula, neste inicio do novo mandato, a CIP deu particular enfoque ao reforço da sua rede associativa. Destaca-se assim:
• O trabalho realizado pelo Conselho Associativo Regional, em particular no desenvolvimento de um projeto de reforço da estrutura associativa regional e na preparação de um parecer sobre a Reformulação do Portugal 2020.

• A criação em junho de 2017 do Conselho Estratégico para a Cooperação, Desenvolvimento e Lusofonia Económica, integrando na CIP aquela que era a atividade da extinta ELO- Associação Portuguesa para o Desenvolvimento e a Cooperação.
• A implementação do Código de Boas Práticas Comerciais na Cadeia de Abastecimento Agroalimentar realizado no âmbito do Conselho do Comércio Português
No âmbito da comunicação, destaca-se a criação do Grupo de Trabalho de Comunicação, constituído pelos responsáveis de comunicação dos associados, com vista à partilha e divulgação e debate das melhores práticas existentes a nível nacional e internacional na área da comunicação.
Há ainda que referir-se a continuidade da aposta na comunicação com os associados e com as empresas em geral através do portal www.cip.org.pt e da presença nas redes sociais Twitter, LinkedIn e Facebook, bem como pelo envio de newsletters regulares e na continuidade da Revista Industria com edição trimestral.
No final de 2017, a CIP tinha 102 Associados e, segundo dados fornecidos pelos Associados da CIP na última consulta, as Associações filiadas na Confederação representam 114.566 empresas, que empregam 1.541.539 trabalhadores e têm um volume de negócios de € 105.208 milhões por ano.

Cofinanciado por:

CENFIM

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALOMECÂNICA

FORMAÇÃO para JOVENS, EMPRESAS e ADULTOS

Cursos Profissionais 2018

Uma Profissão

Um Futuro

100% de Empregabilidade

FM Formação Modular Certificada
Ações curta duração . Ciclos de formação .

EFA Cursos de Educação e Formação de Adultos

RVCC Profissional e Dupla Certificação

Formação à Medida para Empresas | Apoio Técnico e Organizacional
Formação Contínua - Aperfeiçoamento | Formação Contínua Certificada
CET - Especialização Tecnológica | Formação Pedagógica de Formadores

CET - Cursos de Especialização Tecnológica

Nível 5 - Protocolos com diversos Estabelecimentos do Ensino Superior com a atribuição de créditos (ECTS)

APZ - Cursos de APRENDIZAGEM

Nível 4 - Confere o 12º Ano + Qualificação Profissional

Cursos de Qualificação Profissional - PRO

www.cenfim.pt

www.facebook.com/cenfim.pt

CURSOS nas ÁREAS de:

- Projeto / Desenho
- Organização e Gestão Industrial
- Construções Mecânicas: Maquinação Convencional ou Assistida
- Construções Metálicas: Serralharias e Soldadura
- Manutenção Industrial: Mecânica / Eletromecânica / Mecatrónica
- Energia ■ Eletricidade / Eletrónica ■ Qualidade e Ambiente
- Administrativo, Comercial e Marketing ■ Informática - Tecnologias de Informação
- Educação / Formação ■ Outros.

NÚCLEOS em: ■ Amarante ■ Arcos de Valdevez ■ Caldas da Rainha ■ Ermesinde ■ Lisboa ■ Marinha Grande ■ Oliveira de Azeméis ■ Peniche ■ Porto ■ Santarém ■ Sines ■ Torres Vedras ■ Trofa

SEDE : Rua do Açúcar, 88 . 1950-010 LISBOA . **Telef.**: 21 861 01 50 . **Fax**: 21 868 49 79 . **ZONA NORTE**: Rua Conde da Covilhã, Nº1400 . 4100-187 PORTO
Apartado 8006 . 4109-601 PORTO . **Telef.**: 22 618 21 64/77 . **Fax**: 22 618 95 96 . **Internet**: www.cenfim.pt . www.facebook.com/cenfim.pt . **E-mail**: dir@cenfim.pt

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

AIMMAP

aneme

Renováveis garantem 40% do consumo em 2017

Eólicas e hidroelétricas são as fontes que mais pesam na produção de energia renovável em Portugal

A PRODUÇÃO de energia a partir de fontes renováveis garantiu, em 2017, 40% do consumo mais o saldo exportador, com as centrais hidroelétricas a representarem 11% do consumo, as eólicas 23%, a biomassa 5% e as fotovoltaicas 1,6%. A produção não renovável abasteceu os restantes 60% do consumo, repartido pelo gás natural, com 34% , e pelo carvão com 26%. O saldo exportador registado neste período equivale a 5,4% do consumo nacional. No mesmo período, o índice de produtibilidade hidroelétrica situou-se em 0,47 (média histórica igual a 1), o terceiro mais baixo dos registos da REN, apenas superado pelos verificados em 1992 e 2005, e o índice de produtibilidade eólica em 0,97 (média histórica igual a 1).

Em dezembro o consumo de energia elétrica registou um forte crescimento homólogo de 4,1%, suportado por temperaturas inferiores às verificadas no mesmo mês do ano anterior. Considerando a correção dos efeitos de temperatura e número de dias úteis, o consumo regista ainda assim uma evolução de 2,8%. Em 2017, o consumo totalizou 49,6 TWh, com um crescimento face ao ano anterior de 0,7%, ou +1,4% com correção de temperatura e dias úteis. Trata-se do terceiro ano consecutivo de crescimento do consumo, que fica agora a cerca de 5% do máximo atingido em 2010.

As condições hidrológicas mantêm-se extremamente negativas com o índice de produtibilidade hidroelétrica, em dezembro, a situar-se em 0,28. Trata-se, para o mês de dezembro, do terceiro índice mais baixo registado pela REN (valores desde 1971). Na produção eólica as condições foram mais favoráveis com o índice de produtibilidade respetiva a situar-se ligeiramente acima dos valores médios, com 1,04. Este mês, as fontes renováveis abasteceram 45% do consumo de eletricidade, enquanto a produção não renovável abasteceu 50% com o gás natural a representar 26% e o carvão 24%. O saldo de trocas com o estrangeiro foi importador representando cerca de 5% do consumo nacional.

Ano recorde para o consumo de gás natural em Portugal

Em 2017, o consumo de gás natural, impulsionado pelo mercado elétrico, totalizou 69,7 TWh, com um crescimento de 24,8% face ao ano anterior, repartido por 79% no segmento do mercado elétrico e 4,1% no mercado convencional. Trata-se do consumo anual mais elevado de sempre, ultrapassando em 21% o anterior máximo registado em 2010. No segmento do mercado elétrico, o consumo foi igualmente o mais elevado de sempre, ultrapassando o anterior máximo de 2008.

Em dezembro, no mercado de gás natural, registou-se a primeira queda homóloga verificada no consumo este ano, devido a uma redução de 14,5% registada no segmento de produção de energia elétrica. No segmento convencional registou-se um crescimento homólogo de 1,9%.

AEP distinguida pelo Instituto Politécnico do Porto

POR OCASIÃO das comemorações do 33º aniversário do Instituto Politécnico do Porto (P.PORTO), a AEP - Associação Empresarial de Portugal foi distinguida com a Medalha de Mérito daquela instituição de ensino superior público, "atribuída a entidades ou personalidades nacionais ou estrangeiras que se tenham distinguido no exercício de cargos ou funções de grande relevo, públicas ou privadas ou atividades do mundo das artes, das ciências, da cultura ou do desporto e que têm prestado um contributo especialmente relevante para o desenvolvimento do P.PORTO".

A atribuição desta distinção deve-se ao facto do P. Porto reconhecer na AEP "o eixo catalisador e facilitador da vasta relação do P.PORTO com o tecido empresarial da região" e com ela, "o Politécnico do Porto presta a homenagem (…) a todas as empresas da região".

ISQ ganha contrato de três milhões no nuclear

O Grupo ISQ ganhou um contrato europeu de três milhões de euros para coordenar o programa de formação especializada em fusão nuclear durante quatro anos

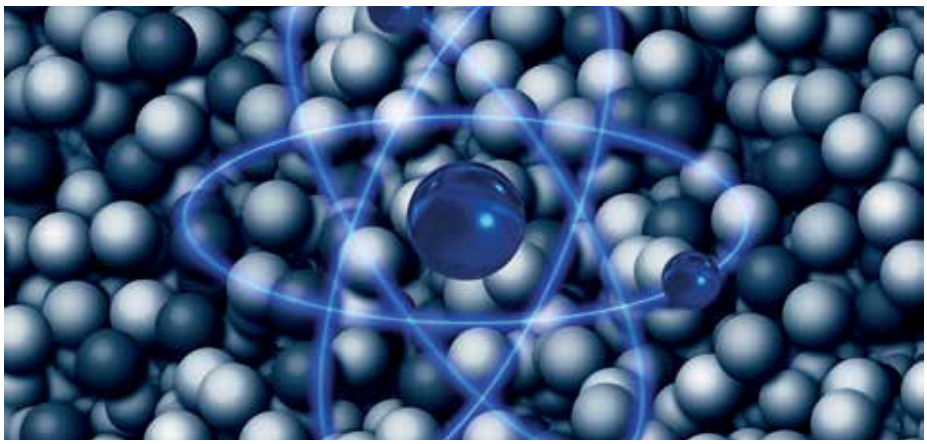
O ISQ SERÁ responsável por gerir e realizar a formação e qualificação dos peritos, técnicos e gestores de projeto que trabalham a nível europeu e mundial no Reator Termonuclear Experimental Internacional (ITER).

Este novo contrato inclui formações nas áreas da programação, controlo de dados, tecnologias de produção, gestão de projeto, regulamentação e legislação, ensaios não destrutivos, tecnologias de soldadura, criogenia e gestão de sistemas.

No sul de França, 35 países colaboram na construção do maior tokamak, um reator experimental de fusão nuclear, alguma vez projetado, que possui um custo estimado de 13 mil milhões de euros. Este equipamento permitirá demonstrar a viabilidade da produção de energia através da fusão nuclear em grande escala, livre de emissões de carbono.

Os membros do ITER (União Europeia, China, Rússia, Índia, Japão, Coreia e Estados Unidos) conjugaram esforços para atingir uma das mais importantes fronteiras da ciência: reproduzir na Terra a energia que alimenta o Sol e as estrelas. Portugal, através do ISQ, participa assim no maior investimento científico da atualidade.

> "Portugal, através do ISQ, participa assim no maior investimento científico da atualidade"



ELUSA

A ENERGIA DE TODOS OS PORTUGUESES

UMA NOVA FORMA DE COMPRAR ENERGIA

A inovação faz parte do nosso dia-a-dia, e a compra de energia já não é o que era. Novas estratégias de compras, e modelos de negócio com os nossos clientes fazem da ELUSA UMA REFERÊNCIA NO SETOR.

www.elusa.pt

SIMPLESMENTE POUPANÇA

comercial@elusa.pt
+351 707 502 230

ELUSA SEM CUSTO etecnico

O digital: das ameaças às oportunidades

Quando, no final de 2016, ouvimos falar da nova era industrial - Indústria 4.0 - , a reação mais imediata que tivemos foi de estremecimento: a robotização e a inteligência artificial tornaram-se omnipresentes em todas as dimensões das nossas vidas e ameaçam substituírem-nos nos empregos

HÁ MEDIDA que o tempo passa, o perigo desta substituição parece maior e mais abrangente: pensámos que iria ameaçar sobretudo os menos qualificados, mas hoje percebe-se que até os que detêm níveis mais elevados de qualificação poderão ser substituídos pela Inteligência artificial, capaz, por exemplo, de assegurar traduções simultâneas, de efetuar diagnósticos médicos ou de emitir pareceres jurídicos, com fiabilidade e rapidez.

Outros perigos têm sido enunciados, nomeadamente ao nível da desigualdade. Vários estudos referem o agudizar do fosso que separa os mais ricos dos mais pobres e, recentemente, soubemos que, pelo menos nesta fase inicial, serão mais atingidos os empregos tipicamente assumidos por mulheres.

Mas, a par dos riscos e perigos, há também um lado sedutor nesta Indústria 4.0. Mediante as medidas que quisermos tomar, poderemos passar a ter outra liberdade enquanto cidadãos, sendo-nos dadas oportunidades que até aqui não tínhamos. Algumas já são sentidas por todos nós, como a capacidade que cada um tem de ser simultaneamente consumidor e produtor de conteúdos (democratizando-se o acesso aos meios de comunicação). Outras ainda nos parecem ficção científica, como a capacidade de sermos conduzidos por viaturas autónomas, de contornarmos ou até mesmo de revertermos o processo de envelhecimento ou, pura e simplesmente, de termos mais tempo para nos dedicarmos à família e aos hobbies.

Até aqui, olhámos apenas para um lado mais pessoal e social. Mas as virtudes podem ser bem mais palpáveis e mensuráveis mesmo em termos económicos. Recentemente, um estudo da Accenture Strategy ("Reworking the revolution: Are you ready to compete as inteligent technology meets human ingenuity to create the future workforce?") releva-nos que as empresas podem ter ganhos de receitas de aproximadamente 38%, até 2020, e beneficiar de novas oportunidades de negócio se reforçarem o know-how das suas equipas e trabalharem em inteligência artificial, capacitando os seus colaboradores com competências no domínio das tecnologias inteligentes.

Mais uma vez, estamos a falar de oportunidades únicas que podem surgir se o investimento no conhecimento for feito. E isso só depende de cada um de nós e, em particular, dos empregadores e gestores das nossas empresas.

Possivelmente, e olhando para a realidade portuguesa, este investimento poderá representar um salto imenso, já que, de acordo com um estudo divulgado recentemente, em Portugal, 36,8% dos gestores e dirigentes têm apenas o ensino básico e 25,9% o secundário, o que indicia uma fraca predisposição ou perceção da importância da qualificação.

Mas, também é verdade que, outros estudos, como o Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA), demonstram que, numa década, entre 2007 e 2016, Portugal foi o país da União Europeia que mais aumentou em termos de participação em atividades de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV).

Se fomos capazes de dar este salto, porque não acreditar e fazer tudo o que estiver ao nosso alcance, aproveitando todos as iniciativas ao dispor – como o programa Qualifica ou o Portugal INCODE.2030 – para enfrentarmos, como sucesso, esta mudança de era e catapultarmo-nos para um novo patamar de conhecimento e atuação, sustentado no conhecimento?

As ameaças podem, afinal, ser oportunidades para mudanças que têm sido adiadas e que surgem agora como inevitáveis e urgentes.

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

NOTA

Este artigo representa a opinião pessoal do autor e não vincula a CIP - Confederação Empresarial de Portugal

EPALE Plataforma Eletrónica para a Educação de Adultos na Europa

O ponto de referência para os profissionais da educação de adultos na Europa

EPALE
Portugal

epale@anqep.gov.pt

website www.ec.europa.eu/epale

EPALE.EU

eplatform for adult learning in Europe

EPALE_EU

REPÚBLICA PORTUGUESA

ANQEP
AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.

With the support of the Erasmus+ Programme of the European Union

Conjuntura Económica

FMI diz que é o momento ideal para reformas

EM JANEIRO, o FMI reviu em alta – mais 0.1 pontos percentuais (p.p.) – a sua estimativa de crescimento económico mundial em 2017 e as suas projeções para 2018 e 2019 – mais 0.2 p.p.

Estas revisões refletem o fortalecimento da recuperação, com surpresas positivas na Europa e na Ásia, bem como o impacto esperado da resposta do investimento aos cortes nos impostos sobre as empresas, recentemente aprovados nos Estados Unidos.

De acordo com o FMI, 2017 terá sido o ano que registou o aumento de crescimento global sincronizado mais amplo desde 2010.

O FMI considera que o atual momento proporciona uma oportunidade ideal para reformas que garantam a sustentabilidade fiscal e reforcem o potencial de produção.

De acordo com as estimativas do Eurostat para o quarto trimestre de 2017, o crescimento homólogo do PIB, na zona do euro foi de 2.7% e no conjunto da União Europeia de 2.6% (2.7% em ambos os casos no terceiro trimestre). O crescimento em cadeia abrandou ligeiramente (para 0.6%, nas duas áreas).

Em cadeia, observou-se um abrandamento do consumo, mas em contrapartida o investimento acelerou. As importações também aceleraram, mas cresceram menos do que as exportações, pelo que o contributo para o crescimento do PIB da procura externa líquida foi positivo.

As economias de maior dimensão registaram taxas de crescimento em cadeia muito aproximadas (0.6% ou 0.7%), com exceção da Itália (0.3%) e do Reino Unido (0.4%).

Nos EUA, o crescimento em cadeia desacelerou (para 0.6%), mas a evolução homóloga ainda se manteve em alta (de 2.3% para 2.5%).

COTAÇÕES INTERNACIONAIS

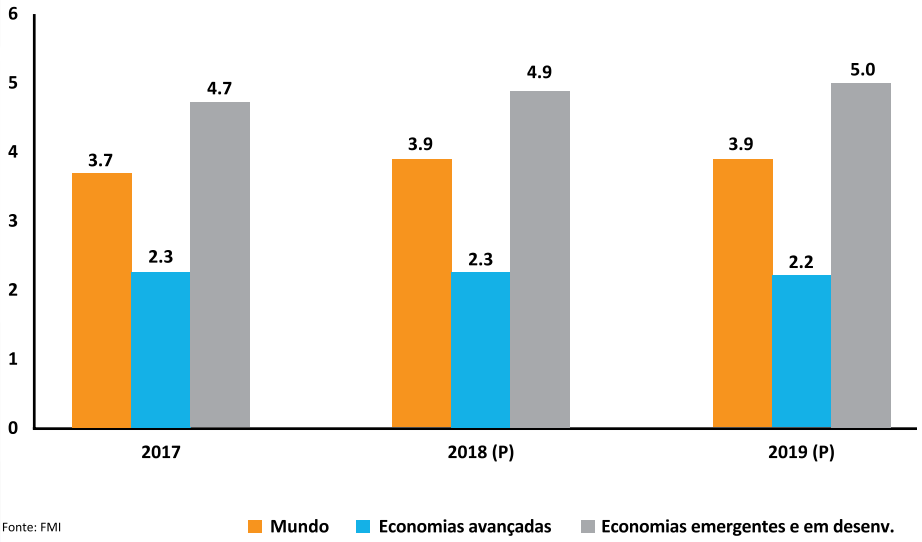
Em dezembro de 2017, o euro retomou a tendência de apreciação em relação ao dólar norte-americano, atingindo 1.25 dólares por euro no início de fevereiro de 2018. Desde essa data até ao fecho desta edição, a taxa de câmbio oscilou entre 1,255 e 1,217 dólares por euro.

O preço do petróleo prosseguiu a trajetória de subida iniciada no início do verão, chegando as cotações spot do brent a ultrapassar os 70 dólares por barril. No final de janeiro, os preços começaram a cair, até meados de fevereiro. Passou depois a oscilar, até ao fecho desta edição, entre 62 e 68 dólares por barril.

PORTUGAL

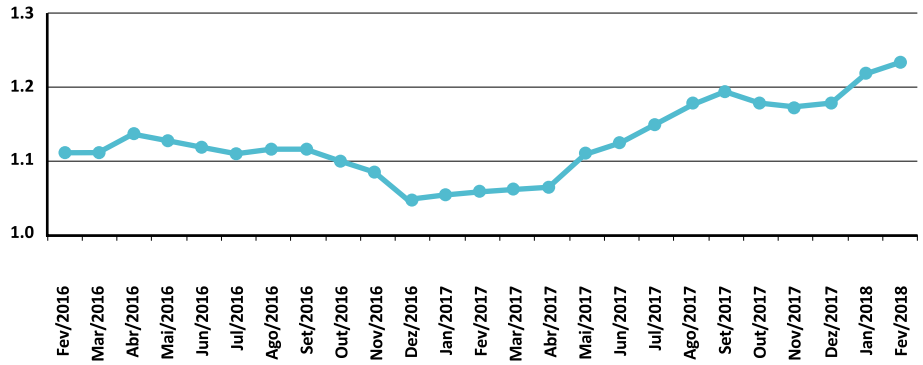
No quarto trimestre, o crescimento homólogo do PIB foi de 2.4% (taxa idêntica à observada no trimestre anterior).

Gráfico 1: PIB no mundo, econ. avançadas e emergentes (variação real em %) 2017 – 2019 (P=Previsão)



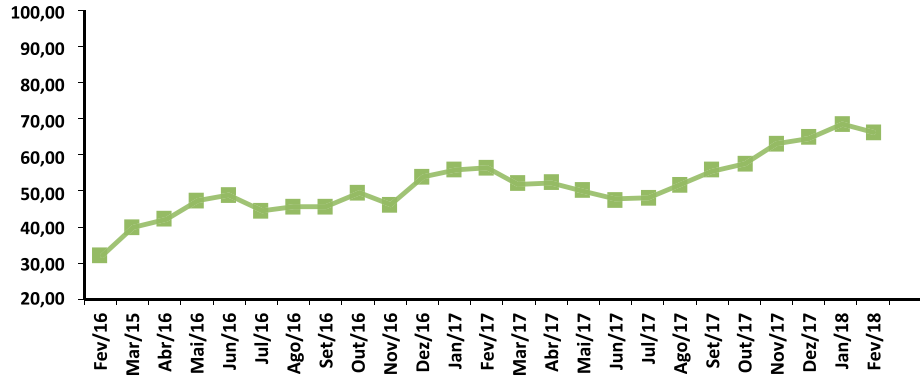
Fonte: FMI

Gráfico 2: Taxa de câmbio EUR/USD (média mensal)
Fevereiro 2016 a Fevereiro 2018



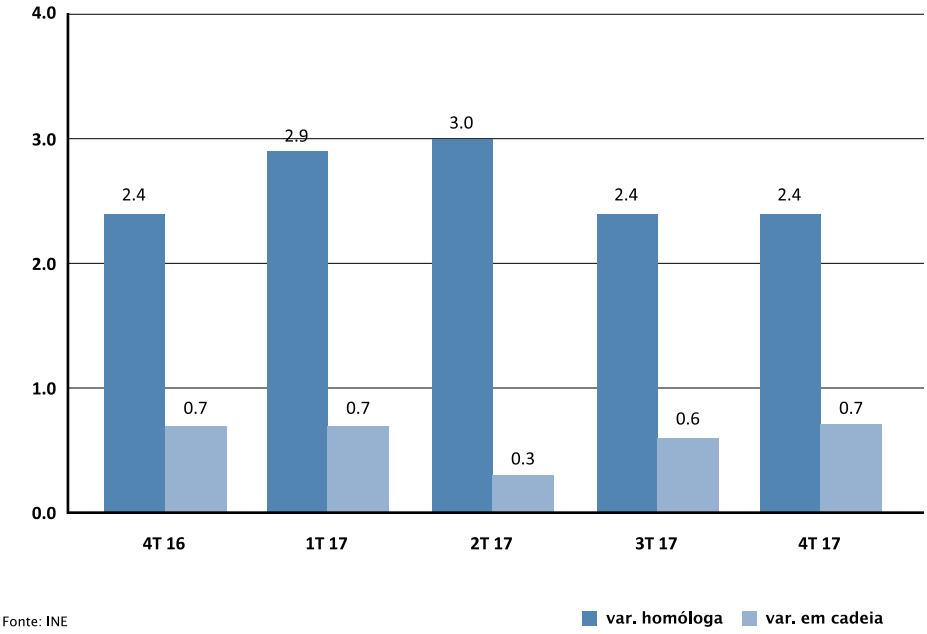
Fonte: Banco de Portugal

Gráfico 3: Preço médio spot do petróleo (dólares/barril de brent)
Fevereiro 2016 a Fevereiro 2018



Fonte: Banco Mundial

Gráfico 4: PIB – variação homóloga e em cadeia (em volume, %)
4T 2016 – 4T 2017



Fonte: INE

Pela positiva, registe-se a recuperação do crescimento em cadeia para 0.7% – ver gráfico 4.

No quarto trimestre, tanto o consumo como o investimento abrandaram, pelo que o crescimento do PIB esteve menos dependente da procura interna. Em contrapartida, as exportações aceleraram, passando a aumentar a uma taxa superior à das importações (que desaceleraram), deixando assim a procura externa líquida de contribuir negativamente para o crescimento do PIB (o contributo, no quarto trimestre, foi nulo).

A formação bruta de capital fixo (FBCF) em "outras máquinas e equipamentos" foi a componente que mais contribuiu para a desaceleração da FBCF, registando uma taxa de variação homóloga de 6.1%, (após um crescimento de 15.8% no terceiro trimestre). Apesar de também ter desacelerado, a componente de FBCF em Construção foi a que registou um maior dinamismo (7.9%). Pelo contrário, a FBCF em equipamento de transporte passou de um crescimento homólogo de 14.4% a uma queda de 2.1%.

A desaceleração das componentes da procura interna com maior componente importada (consumo de bens duradouros e investimento em equipamento de transporte) contribuiu para o comportamento das importações. Por sua vez a aceleração das exportações ficou a dever-se à componente de bens, uma vez que a componente de serviços abrandou ligeiramente. Regista-se, ainda, um ganho nos termos de troca de 0,7%, superior ao verificado no terceiro trimestre.

Na ótica da oferta, não se registaram variações significativas nos contributos dos diferentes ramos para a evolução do PIB.

O VAB do ramo Construção, apesar do abrandamento, foi o que aumentou a uma taxa mais elevada (5.7%). Continua também a destacar-se, pela positiva, o bom desempenho da indústria (com um crescimento do respetivo VAB de 4.3%) e da agricultura (5.3%).

Com o emprego a aumentar 3.2%, um ritmo superior ao do PIB, observou-se, pelo sexto trimestre consecutivo, uma queda da produtividade (-0.6%), reforçando a preocupação que a CIP tem expresso sobre os riscos que esta tendência representa para a sustentabilidade da presente recuperação económica.

Em janeiro, o indicador coincidente para a atividade económica do Banco de Portugal voltou a diminuir, prolongando a tendência descendente registada desde setembro de 2017 (passou de 2.9% em setembro, para 2.4% em janeiro).

Nos três meses em análise, o indicador de clima económico do INE estabilizou num patamar mais baixo (1.9%), face aos valores registados nos seis meses anteriores (em torno de 2.1%).

O indicador de confiança da indústria transformadora diminuiu nos últimos dois meses, interrompendo o perfil ascendente iniciado em junho de 2016.

Também os indicadores de confiança do comércio e dos serviços tiveram, em fevereiro, evoluções desfavoráveis, ao contrário do indicador de confiança da construção e obras públicas, que aumentou em janeiro e fevereiro, contrariando as reduções observadas nos três meses anteriores.

O indicador de confiança dos consumidores estabilizou em fevereiro, após ter diminuído no mês anterior.

Quanto ao desempenho da indústria, tanto o índice de produção (IPI) como o índice de volume de negócios da indústria deram sinais de abrandamento significativo nos dois últimos meses de 2017.

Já em janeiro, o IPI recuperou de apenas 0.6% para 2.8%. Quanto ao volume de negócios, o comportamento do mercado externo (com uma recuperação para 5.9%) contrastou com a continuação do abrandamento do mercado doméstico – ver gráfico 5.

Os resultados do inquérito ao emprego dão conta da redução da taxa de desemprego para 8.1%, no quarto trimestre de 2017 – ver gráfico 6 – e de uma redução de 121.2 mil desempregados nos últimos 12 meses.

Relativamente ao quarto trimestre de 2016, a taxa de desemprego de longa duração (12 e mais meses) diminuiu de 6.5% para 4.2% e a taxa de desemprego dos jovens (15 a 24 anos) diminuiu de 27.7% para 23.5%.

A população empregada aumentou 3.5% em termos homólogos (161.3 mil postos de trabalho criados, em termos líquidos, em 12 meses).

Os maiores acréscimos verificam-se nos escalões etários entre os 45 e os 64 anos (mais 130,7 mil empregos) e entre os 15 e os 24 anos (mais 25 mil empregos).

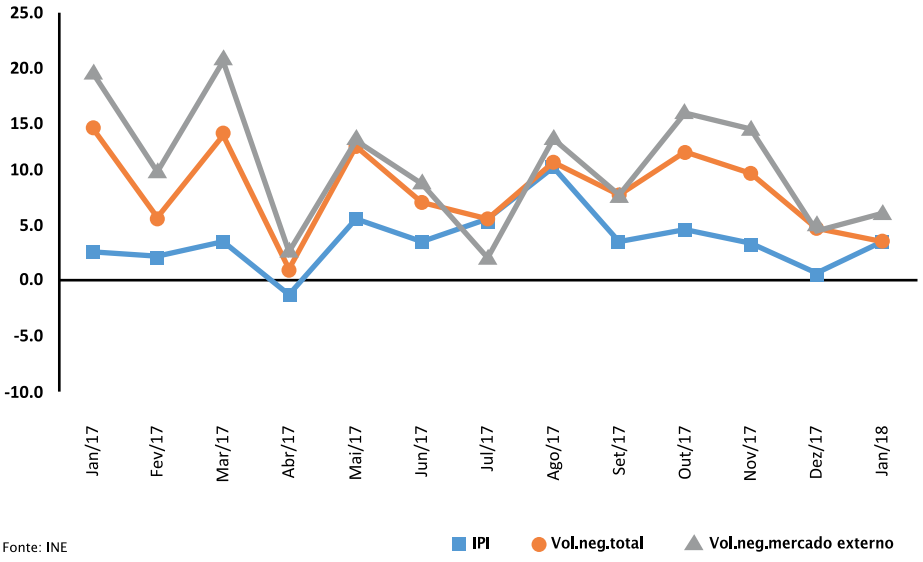
A criação líquida de emprego concentrou-se nas pessoas com ensino secundário ou pós-secundário completo (mais 87.4 mil empregos) e na indústria transformadora (mais 48.1 mil empregos, um aumento homólogo de 6.1%) e nas atividades de alojamento e restauração (mais 27.4 mil empregos em 12 meses, um aumento homólogo de 9.6%). Houve também uma forte criação de emprego, em termos líquidos, em atividades com um maior peso do setor público, como a "administração pública e defesa; segurança social obrigatória" (mais 29.5 mil empregos,

Evolução do PIB na ótica da procura (taxas de variação homóloga)

	4º Tr. 16	1º Tr. 17	2º Tr. 17	3º Tr. 17	4º Tr. 17
PIB	**2.4**	**2.9**	**3.0**	**2.4**	**2.4**
Consumo Privado	3.0	2.4	2.0	2.6	2.0
Consumo Público	0.1	-0.2	-0.4	0.4	0.3
FBCF	5.8	9.6	11.3	10.0	5.3
Exportações	6.8	10.1	8.1	6.2	7.2
Importações	7.5	9.1	7.4	8.4	6.9

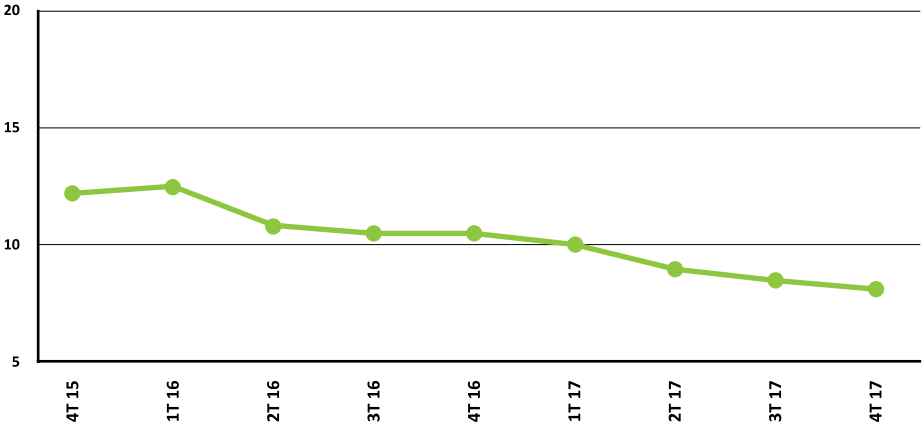
Fonte: INE

Gráfico 5: Produção Industrial, volume de negócios total e no mercado externo
(Variações homólogas em %, nominais no caso do vol.neg.)
Janeiro 2017 a Janeiro 2018



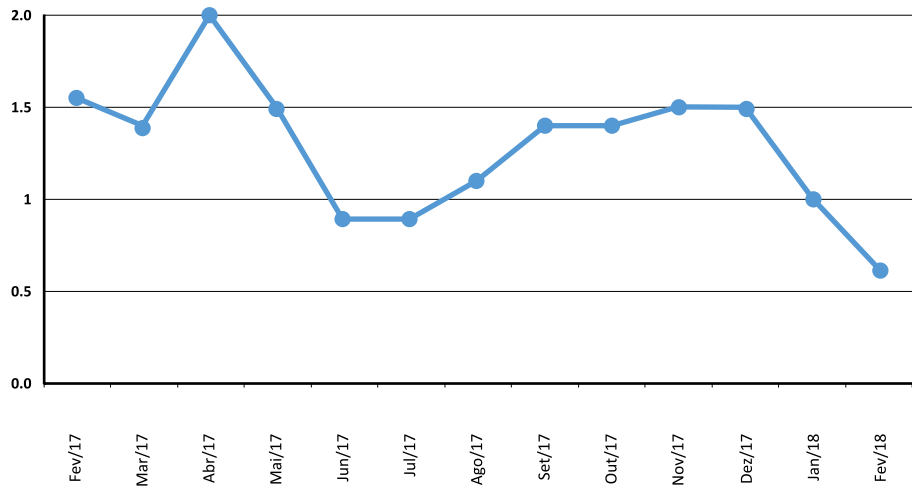
Fonte: INE

Gráfico 6: Portugal – Taxa de desemprego (%, sem correção de sazonalidade)
4T 2015 – 4T 2017



Fonte: INE

Gráfico 7: Inflação (variação homóloga do IPC, %)
Fevereiro 2017 – Feveiro 2018



Fonte: INE

um aumento homólogo de 10.5%) e a educação (mais 31.8 mil empregos, um aumento homólogo de 8.5%).

A taxa de inflação aferida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) manteve-se em dezembro em 1.5%, mas reduziu-se nos dois primeiros meses de 2018 – ver gráfico 7 – registando em fevereiro o valor de 0.6%, um mínimo desde novembro de 2016.

Esta queda da inflação ficou a dever-se quer às componentes menos voláteis do índice de preços (a inflação subjacente foi também de 0.6%, em fevereiro) quer à evolução dos preços dos produtos alimentares não transformados e energéticos.

Medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), a inflação em Portugal voltou, em janeiro de 2018, a ser inferior à registada na área do Euro.

CIP - Direção de Assuntos Económicos
(elaborado com informação até 12-03-2018)

Indicador "Gastão da Cunha Ferreira"

EDIÇÃO DE 2017

CRIADO E PUBLICADO pela primeira vez em 2014, o "Indicador Gastão da Cunha Ferreira (GCF)" é um estudo sobre a atividade de patenteamento internacional de invenções com origem em Portugal.

Os autores, que trabalham profissionalmente numa das firmas de consultoria em Propriedade Intelectual mais antigas do País, e que este ano comemora o seu 80º aniversário, resolveram homenagear o seu fundador, atribuindo o nome do mesmo, a este estudo que realizam periodicamente e se pretende ver publicado anualmente num órgão de comunicação relevante.

A ambição dos autores é contribuir para uma melhor identificação pelos meios interessados, das entidades que estão a investir mais seriamente em patentes em Portugal.

O investimento em patentes é um reflexo da capacidade inovadora da empresa e da sua aptidão para obter riqueza a partir de conhecimento. Pode conhecer-se, indiretamente, o investimento em patentes pelas empresas, recorrendo às publicações feitas pelas entidades oficiais: quanto maior o número de publicações de patentes para uma determinada invenção, maior o investimento em proteção realizado pela empresa. Isto deve-se ao facto de não haver uma patente mundial, e por isso, a invenção ter de ser patenteada país a país, a expensas da empresa, para se poder gozar do exclusivo.

As patentes protegem a inovação. Assim, o investimento em patentes reflete o empenho da empresa em inovar. Portanto o Indicador GCF é um contributo de relevo para o conhecimento de quais as empresas mais inovadoras em Portugal.

QUADRO 1: INDICADOR GASTÃO CUNHA FERREIRA - EMPRESAS

Patenteamento internacional com origem portuguesa (prioridade portuguesa ou inventores residentes em Portugal) nos últimos 5 anos, resultados ordenados pelo acumulado dos últimos 5 anos

	REQUERENTE	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
1º	BIAL	37	30	52	55	30	204
2º	HOVIONE	28	26	23	41	48	166
3º	NOVADELTA	7	17	24	31	21	100
4º	BOSCH	5	20	30	15	22	92
5º	VENIAN			2	3	78	83
6º	TECNIMEDE		3	9	18	47	78
7º	TECHNOPHAGE	10	20	13	16	13	72
8º	BIOSURFIT	8	14	11	9	24	66
9º	OLIVEIRA & IRMAO SA	16	17	10	5	4	52
10º	SECIL	5	14	11	11	5	46

QUADRO 2: INDICADOR GASTÃO CUNHA FERREIRA - UNIVERSIDADES

Patenteamento internacional com origem portuguesa nos últimos 5 anos, resultados ordenados pelo acumulado dos últimos 5 anos

	REQUERENTE	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
1º	UNIV. DO PORTO *	16	22	26	31	38	133
2º	UNIV. DO MINHO	23	16	9	34	13	95
3º	UNIV. AVEIRO	17	16	23	8	14	78
4º	INST. SUPERIOR TÉCNICO	11	14	17	20	15	77
5º	UNIV. DE COIMBRA	7	24	10	16	11	68
6º	UNIV. LISBOA **	12	12	13	9	10	56
7º	UNIV. NOVA DE LISBOA ***	10	6	8	14	16	54
8º	INST. SUP. ENG. LISBOA	2	5	5		2	14
9º	INST. SUP. AGRONOMIA	2	4	1		1	8
10º	UNIV. ÉVORA	1		2	4	1	8

** inclui Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto*
*** inclui Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes*
**** inclui Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier*

COMENTÁRIOS

A Bial continua na liderança do patenteamento internacional, embora 2017 tenha registado uma diminuição da atividade, passando das cerca de 50 publicações dos anos 2015/16, para cerca de 30.

Em 2º lugar tal como no ano anterior, a Hovione, cuja atividade em 2017 se cifrou em 48 publicações, uma ligeira subida relativamente a 2016.

Em 3º lugar a Novadelta, tal como no ano anterior, todavia tendo reduzido a atividade em 10 publicações.

Em 4º lugar a Bosch, resultante da sua aposta de criação de polos de I&D nas unidades de Bosch Car Multimedia e Bosch Termotecnologia, viram a sua atividade subir em 7 resultados, ostentando em 2017, o número de 22 publicações.

Em 5º lugar, a Veniam, que se estreia no "Top Ten" do Indicador GCF, com o bonito número de 78 publicações, sendo o recorde anual de atividade desde que o estudo se iniciou. A Veniam é uma empresa que surge ligada à Universidade de Aveiro e que desenvolve soluções de internet móvel.

A Tecnimede, que também se estreia no "Top Ten" vê o seu esforço no tempo reconhecido ao aparecer colocada no 6º lugar.

Em 7º lugar, a Technophage, com 13 publicações, empresa que desce duas posições relativamente ao ano de 2016 em que se situou no 5º lugar.

Em 8º lugar, a Biosurfit, com 24 publicações, empresa que sobe uma posição no Indicador.

Em 9º lugar a Oliveira & Irmão, que como resultado de um menor de publicações ocorridas em 2016 e 2017, em contraste com os números de 2013 a 2015 em que a atividade era cerca de 3/4 vezes maior, desce uma posição.

Em 10º a Secil que mantém o lugar no Indicador.

COMENTÁRIOS

O estudo revela a realidade das universidades portuguesas, envolvidas em lógicas de patenteamento isoladamente, associadas entre si ou associadas a empresas, sendo de realçar os números com tendência genericamente crescente. Exemplo desta associação é o da Univ. do Minho, em que parte das publicações se refere a pedidos efetuados em conjunto com a Bosch Car Multimedia.

Os números falam por si e a liderança pertence indiscutivelmente à Universidade do Porto que, em 2017, ostenta 38 publicações, 7 a mais que no ano anterior.

São ainda de destacar neste pelotão as Instituições Universitárias do Minho, Aveiro, Técnico, Coimbra, Lisboa e Nova de Lisboa, as quais ostentam uma atividade muito idêntica entre si, em torno dos 10-15 pedidos publicados em 2017.

Na cauda do pelotão, mas ainda assim no "Top Ten", ISEL, Agronomia e Évora que ostentam uma atividade relativamente baixa, quando comparada com as restantes instituições.

Eduardo Cruz
GASTÃO DA CUNHA FERREIRA

NOTA

Este artigo representa a opinião pessoal do autor e não vincula a CIP - Confederação Empresarial de Portugal

GRENKE®

RENTING

SOLUÇÕES DE RENTING À SUA MEDIDA

FINANCIAMOS MAIS DO QUE IMAGINA

Na GRENKE oferecemos-lhe a possibilidade de investir no crescimento do seu negócio sem perder a liquidez. Como? Através de soluções de financiamento em renting que abrangem um leque variado de equipamentos. Pergunte-nos o quê e como. Na GRENKE financiamos mais do que imagina!

GRENKE RENTING S.A.
Sede Portugal | Avenida D. João II
Nº 45, 4º A - 1990-084 Lisboa

Tel. +351 21 893 41 40
Fax. +351 21 893 41 60
E-Mail service@grenke.pt

WE FINANCE YOUR BUSINESS
www.grenke.pt

Em que ano está a sua empresa?
Este é o ano da transformação digital. Por isso, as empresas portuguesas que se querem tornar mais competitivas estão a fazer uma aposta clara em tecnologia, gerando novos modelos de negócio que vão melhorar cada vez mais a relação com os seus clientes. Estas empresas sabem que este é um caminho que não se faz sozinho e querem um apoio especializado e dedicado, e a melhor rede para lá chegar. Por isso, escolhem a Vodafone.
O futuro é incrível.
Ready?
vodafone

Alimentação Coletiva

Tecnologia • Produtos • Equipamentos • Serviços

SUPLEMENTO PUBLICITÁRIO INTEGRADO
NA REVISTA "INDÚSTRIA", EDIÇÃO 115

Alimentação Coletiva
Um Setor em Transformação

- Cartões de Refeição
- Nutrição e Qualidade Alimentar
- Benefícios do Ovo Líquido
- Serviços de Alimentação

ALIMENTAÇÃO COLETIVA

Máxima atenção na segurança e qualidade alimentar

DADOS AVANÇADOS recentemente pela AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal referem que o setor da Alimentação Coletiva é responsável pela disponibilização de 300 milhões de refeições anuais, das quais mais de 60% são servidas por empresas a quem foi concessionado um serviço especializado para esse efeito.

O número é muito significativo, sendo relevante esclarecer que tais refeições são disponibilizadas em mais de 16 mil locais diferentes, nos quais é prestado um serviço de restauração não aberto ao público e de conveniência.

Do que se trata é das refeições tomadas em empresas, escolas, universidades, hospitais, unidades das forças armadas e de segurança, serviços prisionais, instituições particulares de solidariedade social e serviços de administração pública, entre outros destinatários.

É este o universo da Alimentação Coletiva e facilmente se conclui que é um setor de grande proximidade e envolvimento das populações e que emprega muitos recursos humanos locais, abrangendo pessoas de todas as idades e estratos sociais, configurando-se de extrema relevância para a denominada Economia Social.

Tendo em conta a vastidão de refeições que envolve e as especificidades e diferentes características dos seus consumidores, é fácil a evidência de que este setor tem como uma das suas principais preocupações a Saúde Pública.

Este é um dos grandes desafios das empresas que operam nesta área de atividade económica e que percorre toda a cadeia de valor, desde a qualidade dos alimentos à garantia da segurança alimentar – a famosa máxima "qualidade do prado ao prato" -, passando pelo equilíbrio nutricional das ementas, pela modernização dos espaços e equipamentos e pela implementação de sistemas de gestão e controlo eficazes e fiáveis.

Constituir um reflexo da dinâmica deste setor e das melhores práticas desenvolvidas pelas empresas, dando conta das inovações disponíveis no mercado e da aposta que a indústria alimentar assume na vertente da Alimentação Coletiva, é o objectivo que norteia esta abordagem editorial.

Na vida ativa e no mundo empresarial, facilmente pode fazer-se a ponte entre a Alimentação Coletiva e o Subsídio de Refeição, que é um importante benefício extrassalarial e contribui fortemente para a capacidade de atração e retenção das empresas, desempenhando um importante papel no dia-a-dia de trabalho, com reflexo direto na motivação e na produtividade dos colaboradores.

Procurando identificar os benefícios que o Cartão Refeição representa para as empresas e colaboradores na forma como é atribuído o Subsídio de Refeição, fomos ao encontro de especialistas nesta vertente, que explicaram o funcionamento desta alternativa que o trabalhador pode utilizar em refeitórios internos das organizações ou noutros estabelecimentos de restauração e comércio, podendo até ser utilizado para compras on-line.

As soluções inovadoras em termos de alimentos, os cuidados com a qualidade e nutrição e o modo como funcionam as empresas que se dedicam à gestão e organização de serviços de alimentação, que servem milhares de refeições nos mais diferentes locais, é outro fator de interesse que julgamos ser relevante nesta publicação.

Já com outras ideias em curso, quer no plano da divulgação das inovações dos fornecedores de produtos e serviços para o setor da Alimentação Coletiva, quer em domínios como a valorização dos recursos humanos e formação profissional, a higiene e segurança alimentar, a legislação ou a tecnologia e gestão, estamos certos que outras publicações iremos dedicar ao setor.

Como mote de futuro, pode dizer-se que a economia moderna da Alimentação Coletiva contemplará todo um processo integrado de gestão e de interligação entre vários agentes que atuam nesta área da Restauração, de modo a proporcionar negócios sustentáveis e atrativos para as empresas que já investem nesta atividade e para a captação de novos investidores.

MAIS INOVAÇÃO NOS BENEFÍCIOS DA SUA EMPRESA

#sodexoportugal

FORTUNE WORLD'S MOST ADMIRED COMPANIES 2018

SODEXO CLUB

PORTAL SODEXO

APP SODEXO | MOBILE PAYMENT

VIVER BEM

PROGRAMA DE SAÚDE E BEM-ESTAR

Saiba mais em SODEXO.PT

CINCO ESTRELAS

ESCOLHA PROFISSIONAL

Melhor cartão refeição | 2018

sodexo
SERVIÇOS DE QUALIDADE DE VIDA

ALIMENTAÇÃO COLETIVA EM PORTUGAL

Um Setor em Transformação

O aumento do consumo de refeições fora de casa, a adoção de políticas alimentares que promovam melhores hábitos de consumo, a qualidade e segurança dos alimentos, a formação e qualificação das profissões e as novas tecnologias de gestão e produção são temáticas e desafios que se colocam aos profissionais do universo da Alimentação Coletiva. A AHRESP realizou recentemente uma Convenção sobre o tema e apresentou as conclusões do debate

A AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal organizou recentemente em Lisboa a 1ª Convenção de Alimentação Coletiva em Portugal, que decorreu sob o mote "Um Setor em Transformação".

O evento que reuniu empresários, entidades oficiais e parceiros de negócio para debater os constrangimentos, as oportunidades e as perspetivas daquela que é uma das atividades económicas nacionais de maior empregabilidade e com maior peso na economia nacional, e que é responsável pelo fornecimento de milhares de refeições diárias à população portuguesa.

Palco para um conjunto alargado de palestras sobre os mais variados temas de interesse nesta atividade, no final da Convenção a AHRESP apresentou uma síntese das principais considerações e desafios que se colocam ao setor da Alimentação Coletiva, tendo, posteriormente, e face aos dados colocados em cima da mesa, apresentando várias conclusões.

Alimentação saudável

• Considerou-se que a população europeia consome cada vez mais refeições fora de casa e Portugal não foge a essa tendência com os números a indicar 16 mil locais onde é prestado um serviço de restauração não aberto ao público, de conveniência, em escolas, universidades, hospitais, empresas, forças armadas e de segurança, serviços prisionais, instituições particulares de solidariedade social, administração pública, entre outros.

• Considerou-se que o setor da Alimentação Coletiva representa um mercado de 300 milhões de refeições anuais, em que cerca de 62% são servidas por empresas a quem foi concessionado o serviço (Alimentação Coletiva).

• Considerou.se que socialmente o setor é próximo das populações, que emprega muitos recursos humanos locais, e abrange todas as pessoas, de todas as idades e estratos sociais, sendo muito importante para a Economia Social.

• Considerou-se a importância e a responsabilidade que representa o fornecimento de alimentação, em especial para um grande número de pessoas, muitas das quais classificadas como fazendo parte de públicos "sensíveis", pertencentes a comunidades específicas e restritas.

• Considerou-se a evidência de que este Setor tem como uma das suas principais preocupações a Saúde Pública, desde a garantia de segurança alimentar, do prado ao prato, até à qualidade da oferta alimentar, adaptada a todos os públicos-alvo e capaz de cumprir com as regras de uma alimentação saudável.

• Considerou-se que as empresas do Setor da Alimentação Coletiva estão dotadas de profissionais qualificados que planeiam, organizam e realizam as atividades diárias das unidades, e que garantem, continuamente, a Qualidade, no seu mais amplo sentido, não apenas no que diz respeito à higiene e segurança alimentar, mas também, a componente nutricional do alimento, nas suas vertentes quantitativa e qualitativa, e ainda as características organoléticas, sensoriais e hedónicas, entre outras.

• Considerou-se que hoje temos um consumidor/cliente cada vez mais atento e informado e que as empresas de Alimentação Coletiva têm vindo a trabalhar, desde há muitos anos, para adequar e melhorar a sua oferta, quer através da disponibilização nas suas ementas de pratos vegetarianos e biológicos, quer através da adequação nutricional e equilibrada dos pratos disponibilizados.

• Considerou-se a relevância da educação e sensibilização das populações para as questões da alimentação saudável e sustentável.

• Considerou-se a importância do Setor da Alimentação Coletiva no desenvolvimento sustentado de atividades do Setor Primário, como a Agricultura, a Pesca ou a Pecuária.

• Considerou-se que os recursos humanos, particularmente ao nível da Alimentação Coletiva, são um ativo valioso e determinante para um serviço de qualidade e, consequentemente, para o sucesso de qualquer empresa.

• Considerou-se a aposta e o investimento das empresas do Setor na formação dos seus trabalhadores (inicial e contínua), e na introdução e desenvolvimento de novas tecnologias que têm permitido ao Setor ir respondendo ao nível de excelência com que se comprometem diariamente.

• Considerou-se o respeito que este Setor tem pelo meio ambiente, e sua sustentabilidade, no que concerne à prevenção de todas as formas de desperdício (incluindo o alimentar), e pelas preocupações com a economia circular, nomeadamente na procura de novas formas de evitar a produção de resíduos ou de os valorizar.

Dinâmica de futuro

Face às considerações expostas, os participantes reunidos na 1.ª Convenção de Alimentação Coletiva, após as análises e os contributos dados por todos os especialistas das mais diversificadas temáticas, e após viva intervenção nos debates, aprovaram as seguintes conclusões:

• As soluções para o futuro da Alimentação Coletiva devem continuar a garantir a saúde e o bem-estar das pessoas, a sustentabilidade ambiental e a equidade no acesso à alimentação;

• As novas dinâmicas socioeconómicas e a mudança nos modos de vida das populações desenvolveram novas problemáticas que requerem respostas inovadoras. O futuro tem de assentar em soluções reinventadas com o apoio da ciência e da tecnologia;

• As propostas de atuação, sobretudo ao nível das políticas públicas, devem ser avaliadas com base nos conhecimentos técnicos e científicos e com base numa necessária e urgente abordagem integradora de diversos e distintos saberes disciplinares, centrados na problemática da alimentação;

• Criar condições para que se promova mais e melhor emprego, nomeadamente, através de um quadro laboral – com responsabilidade social - adequado às especificidades do Setor da Alimentação Coletiva;

• Adaptar o sistema educativo/formativo, passando-se a enfatizar mais a aprendizagem e a formação ao longo da vida, bem como as condições de adaptação dos recursos humanos às profundas alterações económicas, tecnológicas e socioculturais que caracterizam as sociedades contemporâneas em geral, e do Setor da Alimentação Coletiva em particular;

• A atratividade de recursos humanos para o Setor carece de um esforço de dignificação destas profissões, devendo o alinhamento das vias profissionalizantes no secundário com as novas especializações dos politécnicos ou da formação superior de curta duração, ser uma das estratégias nacionais, em termos de qualificação profissional;

• O caminho da Alimentação Coletiva deve respeitar as decisões do Consumidor, que se transformam na força de mudança mais influente;

• Mudar as escolhas alimentares implica ações ao nível da escola, da educação, da intervenção dos profissionais de saúde e até das escolhas das compras públicas;

• Deve ser potenciado o diálogo e a cooperação entre todos os agentes intervenientes (públicos e privados) com responsabilidades políticas e sociais nesta relevante atividade económica;

• A economia moderna da Alimentação Coletiva, tem de contemplar todo um processo integrado de gestão, de modo a que os negócios sejam economicamente viáveis e sustentáveis no tempo.

CARTÃO REFEIÇÃO

Facilidade e poupança fiscal

A EVOLUÇÃO tecnológica e, de alguma forma, a massificação do hábito de as pessoas utilizarem os cartões como forma de pagamento, aliado à extensa profusão dos cartões de fidelização e descontos, desenvolvidos pelas mais variadas empresas e marcas, é um sinal da nova realidade de consumo.

Todavia, o Cartão Refeição, sendo um cartão pré-pago equiparável a Vale de Refeição emitido por uma entidade ou empresa a favor de um colaborador, além de constituir um processo tecnológico que facilita a vida ao utilizador, acumula ainda o factor de poupança fiscal.

Na realidade, o agravamento fiscal aplicado nos subsídios de alimentação levou a que um número cada vez mais crescente de empresas a operar em Portugal recorra aos vales ou cartão refeição como forma de pagamento do subsídio diário de refeição dos seus trabalhadores, tornando este processo como um hábito normalizado de milhares de colaboradores de empresas e instituições.

Atualmente, o mercado disponibiliza um conjunto alargado de opções que permitem este sistema de pagamento dos subsídios de refeição seja por empresas especializadas neste tipo de oferta, por instituições financeiras que acrescentam este serviço no seu porfólio de cartões bancários pré-pagos, criando soluções específicas para o pagamento de subsídios de refeição, ou até grandes empresas que emitem os seus próprios cartões.

Por definição, qualquer que seja o cartão refeição tem de constituir uma alternativa ao pagamento do subsídio de alimentação em dinheiro, permitindo que o limite de isenção de imposto seja maior.

Como vantagem adicional, estes cartões podem ser utilizados em empresas de restauração, em cadeias de distribuição alimentar, em lojas de comércio eletrónico, no retalho tradicional de alimentação ou em qualquer outro formato comercial que tenha convencionada a utilização com a entidade responsável pela emissão do cartão.

O modelo de funcionamento desta alternativa está simplificado, através do qual a empresa que decide efetuar o pagamento do subsídio de refeição em cartão pré-pago, transfere mensalmente para o cartão refeição do colaborador o valor do subsídio mensal de alimentação.

Posteriormente, os beneficiários do cartão podem utilizar o saldo disponível no cartão pré-pago nos pagamentos que sejam realizados nas unidades comerciais que tenham acordo com o emissor do cartão. Normalmente, o seu funcionamento é semelhante a qualquer outro cartão, sendo pessoal e intransmissível e possuindo um código de acesso e permitindo a consulta de saldo disponível e os últimos movimentos feitos com o cartão refeição.

O montante que o colaborador recebe no cartão refeição não pode ser convertido em numerário, não sendo permitido o levantamento de dinheiro, mas se não for utilizada toda a verba disponível para utilização em determinado mês, o montante acumula para utilização nos meses seguintes.

A principal vantagem é que as empresas e os funcionários poupam em não aumentar a base de incidência para efeitos de TSU e IRS. Uma simulação disponibilizada pela Sodexo, uma companhia multinacional especializada na gestão de cartões, exemplifica que uma organização com 10 trabalhadores que opte por disponibilizar o Subsídio de Refeição através de cartão, no limite máximo de 7,63 euros por dia, pode reduzir em mais de 1.600 euros por ano os seus encargos com pessoal, comparativamente com o pagamento em dinheiro (base: 22 dias úteis/11 meses | taxa média IRS 25%).

Já por seu turno, ao receberem o referido subsídio através de cartão refeição, os trabalhadores beneficiam da isenção total da TSU e do IRS, o que constitui um acréscimo de poder de compra que, em 2018, será de 249 euros por colaborador para este mesmo exemplo. Já no caso dos colaboradores que estejam incluídos no escalão máximo do IRS, a poupança fiscal poderá atingir os 408 euros.

A GAMA DE OVO LÍQUIDO DOVO, AGORA COM IMAGEM RENOVADA!

A gama de Ovo Líquido DOVO, que tão bem conhece, está diferente. As características mantêm-se, a qualidade também, mas a imagem foi renovada.

Ideal para quem gosta de desafios culinários de alta performance, assegurando ao mesmo tempo toda a segurança, qualidade, sabor e o melhor que o Ovo tem.

- ✓ QUALIDADE
- ✓ SEGURANÇA
- ✓ PRODUTIVIDADE
- ✓ RENDIMENTO
- ✓ CONFIANÇA

derovo GROUP

www.derovo.com
facebook.com/Derovo

SODEXO REFEIÇÃO PASS

Muito mais do que um cartão refeição

O Subsídio de Refeição é um importante benefício extrassalarial que não só contribui fortemente para a capacidade de atração e retenção das empresas, como desempenha um importante papel no dia-a-dia de trabalho, com reflexo direto na motivação e produtividade dos colaboradores

CIENTE DESTA realidade, o Orçamento do Estado tem vindo a distinguir o Subsídio de Refeição com um regime fiscal favorável, reforçado quando a sua disponibilização é realizada através de cartão refeição. Com um limite de isenção de IRS e TSU até 60% superior ao pagamento em dinheiro, o cartão refeição é assim a melhor alternativa para atribuir este benefício, sendo cada vez mais utilizada pelas empresas.

A Sodexo, líder mundial em serviços de Qualidade de Vida e especialista em Benefícios e Incentivos, oferece em Portugal a solução Refeição Pass a qual, para além dos aspetos fiscais, apresenta um conjunto de vantagens acrescidas, algumas delas únicas no mercado, tanto para as empresas como para os utilizadores.

O cartão da Sodexo é, por exemplo, o primeiro a permitir pagamentos mobile via MB WAY, a partir de uma inovadora App que dá todo o suporte à gestão do Subsídio de Refeição, com saldo em tempo real, detalhe do consumo, acesso à Rede de Parceiros Sodexo e ao Sodexo Club, uma plataforma de descontos que contribui para o aumento do rendimento disponível dos colaboradores.

A Sodexo desenvolveu também um portal pensado para as empresas, que vem simplificar as tarefas associadas à gestão dos Recursos Humanos, em particular as que se relacionam com o Subsídio de Refeição, com um interface intuitivo que permite efetuar carregamentos online e que dá acesso a toda a informação dos pedidos realizados, bem como às faturas eletrónicas, entre muitas outras funcionalidades.

Na sequência do trabalho que tem vindo a desenvolver, a Sodexo viu o seu cartão Refeição Pass ser distinguido na edição de 2018 dos prémios Cinco Estrelas e Escolha dos Profissionais tendo sido avaliado, através de testes de experimentação e de estudos de mercado dirigidos aos utilizadores e empresas, como o melhor cartão refeição em Portugal.

A solução da Sodexo foi considerada um "Serviço Cinco Estrelas 2018" na categoria "Cartões de Refeição", com uma classificação global de 73,4%, a mais elevada entre os seus pares. Nos critérios "Satisfação na Experimentação" e "Intenção de Recomendação", foi igualmente a mais pontuada.

Por sua vez, a Escolha dos Profissionais, processo de avaliação de serviços e produtos para empresas efetuada por profissionais, recaiu também sobre a Sodexo, na categoria "Cartões de Refeição". As características do Sodexo Refeição Pass avaliadas pelas empresas foram o benefício fiscal, o apoio no processo de implementação e na gestão dos cartões dos colaboradores, a fiabilidade e segurança, e a vasta rede de aceitação a nível nacional.

CAMPOaves

a arte de criar frango ao ar livre

DESFRUTE DO MAGNÍFICO SABOR DO FRANGO DO CAMPO CRIADO AO AR-LIVRE, **AGORA** EM HAMBÚRGUERES

Novidade

1º HAMBÚRGUER
Frango do Campo

LUSIAVES

Inovar substituindo a obesidade pelo saudável e económico

NÃO É DE HOJE que a alimentação passou a ser um dos conceitos de referência quando se fala em saúde e, em paralelo, os hábitos de consumo diários tornaram-se alvos constantes de análise. Portugal está atualmente consciente sobre o papel da nutrição para uma vida saudável, um marco alcançado graças ao trabalho desenvolvido nos últimos anos, seja por instituições, pelas marcas do setor alimentar ou pela informação cada vez maior e mais aprofundada sobre o tema. No entanto, olhamos para os números do Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física, realizado entre 2015 e 2016 sob a coordenação da Universidade do Porto que nos dizem que "mais de metade da população portuguesa é obesa, ou está em risco de o ser,…" e ficamos inquietos. Afinal o que falta?

Paulo Gaspar
Administrador e CIO do Grupo Lusiaves

É urgente ser um agente ativo e um decisor para parar o assombro da obesidade. É preciso aproximar os portugueses aos locais de produção alimentar, mostrar-lhes o que se faz na indústria e dar-lhes toda a informação sobre o que devem comer e a forma como o devem fazer. Entre as propostas para uma alimentação saudável está sempre inerente o consumo de carnes brancas, em que estão incluídas as carnes de aves, nomeadamente frango e peru. A área que nos toca a nós, Lusiaves.

Não é em vão que as carnes de aves se apresentam como uma solução mais saudável, e também mais económica, em comparação a outras, sobretudo quando se fala em teores de gordura e calorias. Os benefícios deste tipo de alimento dependem de cada ave, mas todas são, efetivamente, ricas em proteínas.

Enquanto líderes do setor avícola, temos uma preocupação constante com esta temática e sentimos que é urgente emergirem rapidamente dinâmicas que incluam estes assuntos

na ordem do dia dos portugueses, impactando, em particular, a população que tem um padrão alimentar baseado em fast-food e produtos hipercalóricos.

Em Portugal, há ainda muito para fazer, dar a devida importância ao consumo de produtos frescos, reforçar a partilha de informação nutricional, apresentar as vantagens de optar por carnes brancas, são algumas das mensagens que têm de ser fortalecidas junto da população. Este é o caminho que se deve percorrer para se conseguir combater o monstro da obesidade e parar definitivamente estes números que tanto nos preocupam.

CAMPOGRILL

SABORES PARA PARTILHAR

OS NOSSOS PRODUTOS

CHARCUTARIA, VEGETAIS, SALGADOS E PREPARADOS DE CARNE, FRESCOS E CONGELADOS

Ganhe mais tempo para si em cada refeição!

Sabores tão ricos que apetece partilhar.

www.campogrill.pt

uma marca: Lusiaves grupo

Ovo Líquido Dovo, mais tempo para criar!

DISPONÍVEL nas variantes ovo inteiro, gema ou clara, o ovo líquido Dovo é a opção ideal para quem procura um trabalho mais rápido e facilitado na cozinha, com total qualidade e higiene e segurança garantidas. Uma vez que se trata de ovo líquido, sem casca, este produto proporciona uma evidente redução de desperdícios, reforçada pelas variantes gema e clara, que evitam o armazenamento ou eliminação de excedentes indesejáveis.

O Ovo líquido Dovo é um produto obtido a partir de ovo de galinha, submetido a um processo de pasteurização, garantindo a morte térmica de microrganismos patogénicos na forma vegetativa e a redução drástica da flora total. Disponível em diversas dosagens, nomeadamente: as embalagens BIB de 10, 20, 250 e 1000kg, ideais para utilizações industriais; as práticas embalagens tetra, de 1kg, ideal para uma utilização em cozinhas de hotéis, restaurantes, cafetarias, pastelarias e catering; a embalagem de 500g de ovo inteiro e a embalagem de 320ml de clara, ambas indicadas para o utilizador doméstico.

Nutricionalmente, o ovo líquido Dovo apresenta todas as características naturais do ovo em casca, além de ser 100% isento de salmonelas e sem aditivos na sua formulação. O sabor dos ovos frescos mantém-se inalterado, e as receitas só têm a ganhar.

O ovo líquido Dovo é ideal para a elaboração de receitas doces ou salgadas. Com a variante ovo inteiro pasteurizado, é mais fácil preparar sobremesas, bolos, recheios, pequenos almoços ou pratos tradicionais. Com a gema líquida pasteurizada, os molhos de bearnes ou holand ganham uma excelente textura, e a confeção da doçaria tradicional fica facilitada. Já a clara líquida pasteurizada é a opção ideal para a preparação de souflés, merengues, mousses, cremes ou zabaiones de fruta.

As embalagens tetra de 1kg de ovo inteiro, gema e clara Dovo têm uma imagem renovada, apresentando-se, agora, de cara lavada. A embalagem de clara de ovo passa a assumir a cor verde, transmitindo toda a leveza do produto. O ovo inteiro e a gema mantêm as cores, mas com tonalidades mais vincadas, para uma melhor diferenciação entre si.

Com uma história de mais de 20 anos, o ovo líquido Dovo foi o primeiro produto produzido pela Derovo, Derivados de Ovos, S.A., um projeto de um grupo de avicultores que se lançou numa indústria pioneira, onde a inovação e a qualidade foram, desde sempre, as palavras de ordem.

Vânia Francisco
Nutricionista

Margrill

Toda a frescura do mar

Na Margrill os produtos são de um mar a sério.
Um mar bravo, azul e rico em peixe e marisco.
Capturamos todo o sabor em alto mar, nos nossos ultracongelados.
Só assim garantimos a escama que brilha, a textura delicada
e o aroma salgado do verdadeiro peixe fresco.

Os melhores produtos ultracongelados para verdadeiros pratos com todo o sabor a mar!

Peixe · Bacalhau · Moluscos · Crustáceos

www.margrill.pt

Uma marca: Lusiaves grupo

UNISELF

Gestão e Organização de Serviços de Alimentação

A UNISELF é uma empresa de restauração colectiva fundada em 1981. Desde aquela data tem vindo a sedimentar, fortalecer e marcar a sua posição, desenvolvendo a sua actividade em diferentes áreas, nomeadamente, na escolar, na saúde, no sector público e no privado. Actualmente a empresa está já presente na restauração pública, possuindo restaurantes com uma oferta variada de opções, indo ao encontro do gosto de todos os clientes.

Com o objectivo constante de se manter actualizada e tentando sempre responder às exigências do mercado e dos clientes, a Uniself tem vindo ao longo dos anos a procurar novas soluções, equipamentos e tecnologias. E tudo isto tendo como suporte um conjunto de colaboradores altamente qualificados, que com o seu dinamismo e desempenho, têm ajudado a tornar a Uniself numa empresa de sucesso, posicionando-se como uma das principais do sector onde actua.

Ao longo destes anos, muitas têm sido as provas dadas em matéria de qualidade, tanto a nível dos serviços prestados, como da segurança alimentar. Afinal, só assim tem sido possível crescer e permanecer num mercado extremamente competitivo.

B.I. UNISELF

Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, SA

Sede
Rua Cidade de Lisboa, 8 - Edifício Uniself
Parque Industrial do Arneiro
2660-456 São Julião do Tojal
Tel. 219 739 300 Fax 219 739 319

Filial Norte
Rua de S. Gens, nº3380 – nº1
4460-409 Senhora da Hora
Tel.229 577 590 Fax 229 577 599

Nº de Colaboradores: +/- 4.000
Volume de Negócios (ano 2017): 70.000.000 € (70 Milhões)

Não participa no capital de outras empresas
Não tem participação de capital de outras empresas

E-mail : ***geral@uniself.pt***
Web: ***www.uniself.pt***

A prestação de um serviço adequado e completo aos clientes, não se resume apenas a uma refeição nutricionalmente equilibrada, de qualidade e em que a segurança alimentar está assegurada. Esta é a nossa maneira de estar e o nosso principal objectivo.

A actuação de uma empresa deve ser cada vez mais dinâmica e sustentada num conjunto de acções cada vez mais abrangentes a áreas tão diversas como, o ambiente, as condições de trabalho, a participação activa em projectos que possam contribuir para a promoção de hábitos de vida saudáveis e à prática de uma alimentação equilibrada, contribuindo desta forma para a sensibilização dos clientes e da população em geral.

O sistema integrado de gestão implementado, tem como principais objectivos definir as metodologias e as responsabilidades dos principais

processos, de modo a assegurar, de uma forma contínua, o envolvimento de todos os colaboradores, a satisfação dos clientes e a melhoria da eficácia e da eficiência dos processos.
A Uniself tem um Sistema de Gestão da Qualidade segundo o referencial NP EN ISO 9001 para a "Prestação de Serviços de Restauração, Pública e Privada" desenvolvidos na sede e unidades operacionais. Na sede e na fábrica para o "Fabrico e distribuição de refeições pasteurizadas e refeições ultracongeladas, possui um Sistema Integrado de Gestão, contemplando os seguintes referenciais: NP EN ISO 9001, ISO 22000, ISO 14001 e OHSAS 18001.
As preocupações ambientais e a promoção de cuidados de segurança nos locais de trabalho, são factores primordiais que não devem ser dissociados das restantes actividades da empresa. Só o aproveitamento de sinergias com uma abrangência a todo o tipo de áreas permite resultados favoráveis e sustentáveis.
Na definição do projecto de construção das instalações da sede e da fábrica, contemplou-se a utilização de equipamentos que permitem o aproveitamento de energias, como é o caso de um banco de gelo que acumula a energia no período nocturno em que a mesma é mais barata e que existe menos consumo, para ser utilizada durante o dia no processo de laboração. No caso da água, em todos os equipamentos que o permitem, são utilizados circuitos fechados de recirculação, fomentando assim o reaproveitamento e o não desperdício deste recurso natural cada vez mais escasso. Uma correcta gestão de resíduos, na qual se procede a uma separação selectiva dos mesmos e ao respectivo encaminhamento para reciclagem, são alguns dos procedimentos estabelecidos para a promoção e contribuição de um ambiente mais saudável, e respeito pelas políticas ambientais.
No que se refere à segurança nos locais de trabalho, nada foi deixado ao acaso. O piso administrativo com gabinetes amplos, bem iluminados com luz natural e mobiliário apropriado, são algumas das características deste edifício que permitem proporcionar as condições adequadas em termos de higiene e segurança no trabalho. Na área fabril, toda as infra-estruturas e equipamentos permitem o conforto e desempenho correcto das actividades, minimizando ao máximo qualquer risco associado à função.

Artigo Uniself

UNISELF
CATERING

Rua Cidade de Lisboa, 8 - Edifício Uniself
Parque Industrial do Arneiro
2660-456 São Julião do Tojal
Tel. 219 739 300 Fax 219 739 319
www.uniself.pt

Meigal

frescura à sua porta

Entrega dos melhores produtos alimentares frescos e congelados em 24 horas.

As nossas marcas

Lusiaves · Campogrill · Margrill · Campoaves · Quinta dos Olivais

A Meigal é cada vez mais uma marca de confiança na distribuição de produtos alimentares frescos e congelados, desde o processo de venda à sua entrega.

A presença em todos o país, através dos 10 Entrepostos apoiados pela Equipa Comercial, permite-nos acompanhar com eficácia todos os nossos clientes: churrasqueiras, talhos, mini e supermercados, restaurantes, hotéis, instituições e industria que confiam na qualidade dos nossos produtos e serviços. Desta forma, trabalhamos diariamente para dar resposta ao compromisso por nós assumido: Frescura à sua porta em 24 horas.

Estamos em:
Ponte de Lima
Mirandela
Grijó
Mangualde
Leiria
Ferreira do Zezere
Loures
Corroios
Estremoz
Albufeira

www.meigal.pt
marketing@meigal.pt

LINHA MEIGAL **210 100 101**